

08/07/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Economia e educação começam a pesar na imagem de Bolsonaro](#)

[Seis meses disso](#)

[Empresas ligadas a aliados de ACM Neto faturam R\\$ 715 milhões em Salvador](#)

[Marcha pela Ciência em SP mira Bolsonaro, Doria e cortes](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Bases para uma agenda efetiva na educação básica](#)

O GLOBO - RJ

[Como financiar a educação?](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Estímulo para estudar na USP e apoio durante a jornada](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA BRASIL

[Especialistas apontam desafios para realização do Enem digital](#)

G1

[IFRR abre processo seletivo para 120 vagas remanescentes em cursos de pós-graduação](#)

PORTAL ISTOÉ

[Especialistas apontam desafios para realização do Enem digital](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Especialistas apontam desafios para realização do Enem digital](#)

[Sete em cada dez inscritos no Enem em 2018 dizem não ter internet em casa](#)

[Marcha pela Ciência em SP mira Bolsonaro, Doria e cortes](#)

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[A privatária ameaça a UFRJ](#)

O GLOBO - RJ

[O museu nacional de obras públicas paralisadas](#)

[A privatária ameaça a UFRJ](#)

[Reitora da UFRJ quer ouvir as vozes discordantes](#)

Revistas

CARTA CAPITAL - SP

[Educar e resistir](#)

Imprensa Estadual

O FLUMINENSE - RJ

[Rio realiza intercâmbio com Canadá na Educação](#)

A CRÍTICA - AM

[PINGA FOGO](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Disciplinas isoladas](#)

O ESTADO - MS

[Desafios da educação superior brasileira](#)

Agências de notícias e sites

CORREIO 24 HORAS

[Com R\\$ 53 milhões bloqueados, Ufba é uma das 200 melhores universidades jovens do mundo](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC amplia acompanhamento da frequência de estudantes do Bolsa Família](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC amplia acompanhamento da frequência de estudantes do Bolsa Família](#)
[Relator da LDO pode deixar com Executivo reajuste de servidores](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[UnB deixa de adotar o Sisu](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Educação, crescimento e igualdade](#)

[Governo de SP fará projeto-piloto com policial da reserva dentro de escola](#)

[Governo quer contrapartida social para liberar dinheiro do pré-sal a estados](#)

O GLOBO - RJ

[UnB deixará de usar Sisu para selecionar estudantes em 2020](#)

Revistas

ISTOÉ - SP

[Dez profissionais....](#)

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

[Universidade de Brasília deixará de usar o Sisu a partir de 2020](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Com R\\$ 53 milhões bloqueados, Ufba é uma das 200 melhores universidades do mundo](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[ufpe definirá lista tríplice](#)

[Etapa decisiva envolve 6 professores](#)

Agências de notícias e sites

HORA DO POVO

[Flávia Calé : Por que marcham os cientistas brasileiros?](#)

O DOCUMENTO - MT

[Exposição celebra os 50 anos da Livraria do Senado](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Educação, crescimento e igualdade](#)

G1

[Mais de 52% da população no Amazonas finalizou a Educação Básica obrigatória, aponta IBGE](#)

METRÓPOLES

[Gestão Bolsonaro nomeia 31.920 servidores nos 5 primeiros meses do ano](#)

PORTAL ÉPOCA

[Eu me desvinculei e não quero nem saber, diz ex-ministro Vélez Rodríguez sobre Educação](#)

Agências de notícias e sites

JORNAL DA CIÊNCIA

[Por que marcham os cientistas brasileiros?](#)

AGÊNCIA ESTADO

[UnB vai deixar o Sisu em 2020](#)

AGÊNCIA SENADO

[Exposição celebra os 50 anos da Livraria do Senado](#)

G1

[MPF investiga instituto que oferecia cursos superiores sem autorização do MEC na Paraíba](#)

JUSBRASIL

[Posso cumular minha bolsa de mestrado/doutorado com outra atividade remunerada?](#)

THE WORLD NEWS - BRASIL

[Por que marcham os cientistas brasileiros?](#)

UERN

[Programa de Pós-Graduação em Ensino do Campus de Pau dos Ferros realiza II Workshop](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[UnB deixará de usar o Sisu em 2020](#)

Imprensa Estadual

FOLHA DO ESTADO DA BAHIA

[Prorrogadas as inscrições para Processo Seletivo de Tutores do UAB](#)

JORNAL DE UBERABA - MG

[Mestrado em Biociências Aplicadas da UFTM abre processo seletivo](#)

A TARDE - BA

[Contenção na Ufba prejudica pesquisadores](#)

CORREIO POPULAR – SP

[Fies abre prazo para renovação de contratos](#)

HOJE EM DIA - MG

[SONHO DO DIPLOMA SUPERA OBSTÁCULOS](#)

O LIBERAL - PA

[MEC anula contrato com ibero-americanos](#)

O TEMPO - MG

[MEC cancela acordo de cooperação e dispensa 89](#)

Agências de notícias e sites

DIRETO DA CIÊNCIA

[Por que marcham os cientistas brasileiros?](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Processo seletivo: mestrado e doutorado no Mackenzie](#)

UFMG

[Professores desenvolvem projetos com universidades, redes e agências internacionais](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Governo de SP fará projeto-piloto com policial da reserva dentro de escola](#)

METRÓPOLES

[Fies abre prazo para renovação de contratos firmados a partir de 2018](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC anula contrato com organização internacional](#)

R7

[MEC anula contrato com organização internacional](#)

TERRA

[MEC anula contrato com entidade internacional por suspeita de irregularidades](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Economia e educação começam a pesar na imagem de Bolsonaro

Incertezas sobre futuro do país começam a ocupar maior espaço na avaliação sobre sua gestão

O grau de adequação ao cargo continua a ser determinante para a imagem do presidente Jair Bolsonaro (PSL), mas incertezas sobre o futuro do país e de projetos do governo, como nas áreas da Previdência e da educação, começam a ocupar maior espaço na avaliação dos brasileiros sobre sua gestão.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/economia-e-educacao-comecam-a-pesar-na-imagem-de-bolsonaro.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Seis meses disso

As instituições que Bolsonaro ataca vêm se defendendo

Seis meses depois da posse de Jair Bolsonaro, algumas coisas ficaram claras: ninguém dentro do governo conseguiu moderar o presidente, mas as instituições que Bolsonaro ataca vêm se defendendo. Só o Congresso mantém o Brasil em funcionamento. O acordo com a União Europeia talvez estabeleça novos limites para o autoritarismo presidencial. Dois terços da projeção de crescimento econômico desapareceram desde que Bolsonaro tomou posse. Naquilo em que o presidente não depende de autorização do Congresso – a fiscalização ambiental, a gestão educacional –, a devastação é total.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2019/07/seis-meses-disso.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Empresas ligadas a aliados de ACM Neto faturam R\$ 715 milhões em Salvador Três empreiteiras de parentes de membros da gestão estão entre as contratadas; prefeitura diz que contratos são com licitação

Salvador

Pelo menos seis empresas de parentes de aliados do prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), faturaram R\$ 715,2 milhões em contratos com a prefeitura da capital baiana entre janeiro de 2013 e julho de 2019.

As empresas pertencem a parentes de três secretários municipais, de um assessor da Casa Civil, de um assessor do gabinete do prefeito e de um ex-deputado federal do DEM. Os contratos foram firmados com licitação e não são alvo de investigações.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/empresas-ligadas-a-aliados-de-acm-neto-faturam-r-715-milhoes-em-salvador.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA

Marcha pela Ciência em SP mira Bolsonaro, Doria e cortes

Manifestação também contou com feira de ciência para atrair a atenção de pessoas que passavam

São Paulo

Os cortes na ciência, o governo Jair Bolsonaro (PSL) e o governador João Doria (PSDB) foram os principais alvos da Marcha pela Ciência, em São Paulo.

Quem passava pela av. Paulista na tarde deste domingo (7) poderia ouvir, em algum momento gritos como “Ciência é investimento, balbúrdia é o governo” e “Vem, vem pra rua vem pela ciência”.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/07/marcha-pela-ciencia-em-sp-mira-bolsonaro-doria-e-cortes.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

Bases para uma agenda efetiva na educação básica

DIRETOR DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DIRETOR DE ESTRATÉGIA
POLÍTICA DO ‘TODOS PELA EDUCAÇÃO’

“Muitos países começaram a fazer mudanças educacionais mais transformadoras durante crises econômicas.” A frase é de Andreas Schleicher, da OCDE, a organização dos países mais desenvolvidos, à jornalista Érica Fraga, da Folha de S.Paulo. Idealizador do Pisa, principal programa internacional de avaliação de estudantes, ele também aponta que avanços na educação básica estão altamente associados à capacidade dos líderes políticos de convencerem os cidadãos a valorizar o futuro. Em tempos de grave crise fiscal e de um debate nacional sobre reformas estruturais, essas considerações sugerem que pode haver uma janela de oportunidade para fincar pilares que sustentem um desenvolvimento duradouro – entre eles, educação de qualidade.

A despeito de avanços importantes nas últimas décadas – como o acesso praticamente universalizado, um amplo sistema de avaliação, o piso salarial docente e o aumento expressivo de recursos para a área –, é notório que o cenário da educação básica ainda é crítico. Ter apenas 9% dos alunos com aprendizagem adequada em Matemática ao final do ensino médio, por exemplo, fala por si.

Diante de dados como esse, o debate normalmente transita entre dois polos. De um lado, dirão que o problema é exclusivamente de gestão. De outro, que ainda falta dinheiro. Entretanto, na raiz da nossa incapacidade de promover mudanças em escala está a ausência de uma agenda nacional para a educação que combine gestão e financiamento, entendendo as relações intrincadas desses dois campos.

Foi exatamente esse diagnóstico que motivou a iniciativa suprapartidária Educação Já!, articulada ao longo de 2018 pelo Todos Pela Educação em parceria com diversas instituições da sociedade civil. Fruto de um ano de construção envolvendo mais de 80 especialistas, gestores públicos e profissionais da educação com diferentes trajetórias e posições políticas, ela produziu um conjunto de propostas informadas pelas evidências e ancoradas no marco

legal brasileiro para subsidiar o poder público, especialmente no âmbito federal.

A primeira fase do esforço, concretizada por meio de dezenas de reuniões de trabalho e pela circulação dessa produção para análises de diferentes atores, culminou num documento que enumera 12 diretrizes até 2030 e, a partir delas, estabelece sete prioridades para o período 2019-2022 nos temas governança, financiamento, base nacional comum curricular, professores, primeira infância, alfabetização e ensino médio. Posteriormente, uma segunda etapa foi desencadeada para aprofundar cada um desses temas resultando em 24 medidas concretas. São mais de 700 páginas, incluindo minutas de lei e orçamentos para programas nacionais, que servirão ao longo dos próximos anos como base do nosso trabalho de monitoramento público das ações dos

governos nacional e subnacionais. Tudo disponível na íntegra no site do Todos Pela Educação, para que a sociedade possa acompanhar.

Nesse trabalho se acordou, entre outras medidas, que o novo Fundeb, o fundo de financiamento da educação básica, há de ser muito mais redistributivo, em benefício dos municípios e alunos mais pobres. Atentou-se para a urgência da criação de um Sistema Nacional de Educação que estabeleça normas operacionais básicas para induzir melhor colaboração entres os entes federados na oferta educacional (à luz do que o SUS conseguiu fazer na saúde). Concluiu-se que o caminho para melhorar a questão da alfabetização no País é o Estado atuar junto a seus municípios e lançar mão de políticas de apoio técnico às prefeituras, combinando-as com mecanismos de indução que atrelem resultados à distribuição de tributos (caso do Ceará). E chegou-se ao entendimento de que para uma carreira docente mais atrativa precisamos, simultaneamente, de definição clara sobre o que significa uma boa prática pedagógica, de políticas para atrair os alunos com melhor desempenho no ensino médio para a docência, de forte regulação dos cursos de formação inicial de professores e de parâmetros nacionais de carreira que garantam remuneração e condições de trabalho adequadas a todos os professores, além de critérios de progressão que, de fato, incentivem a melhoria contínua da prática em sala de aula.

Desde o início de 2019, e junto às organizações parceiras da iniciativa, esse conhecimento produzido tem sido levado a diferentes atores estatais, em particular ao Congresso Nacional, ao Conselho Nacional de Educação e o MEC. Seguindo uma atuação característica do Todos: ser propositivo, contribuindo com recomendações tecnicamente robustas, operacionalmente exequíveis e fiscalmente responsáveis.

No Congresso, as perspectivas são promissoras: enquanto as discussões sobre a PEC do novo Fundeb caminham para um desenho mais redistributivo, que poderá resultar numa elevação significativa do patamar mínimo de investimento (ainda muito baixo), diversas outras propostas do Educação Já! estão sendo encabeçadas pela nova Frente Parlamentar Mista de Educação, lançada em abril.

Quanto ao MEC, há uma tentativa em curso de recuperar o valioso tempo perdido nos seis primeiros meses de governo. A atual Secretaria da Educação Básica tem dialogado próxima e constantemente com as organizações de representação dos gestores estaduais e municipais de educação (Consed e Undime), com vista a definir prioridades de forma conjunta, além de sinalizar querer aproveitar alguns dos insumos gerados pelo Educação Já! em sua tomada de decisão. Vamos continuar atentos a essa movimentação, que esperamos se conclua com políticas públicas efetivas, bem desenhadas e implementadas, sem uso do ministério para fins ideológicos. O resultado a ser buscado não pode ser outro senão a melhoria da qualidade da educação, refletida, principalmente, nos indicadores de aprendizagem dos alunos.

Ter só 9% dos alunos com aprendizagem adequada em Matemática fala por si

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Como financiar a educação?

Em pauta, o financiamento da educação. Mais precisamente, o Congresso Nacional está discutindo o Fundeb, principal fonte de financiamento da educação básica. Embora limitado a um círculo muito restrito, o andamento dos trabalhos na Câmara dos

Deputados está sinalizando o final dos debates num futuro próximo. O Ministério da Educação já se pronunciou. No entanto, o debate poderia ser ampliado e aprofundado — não é clara a razão do açodamento. O que precisa ser mais debatido? No contexto geral da economia, a ideia de recursos vinculados deveria ser debatida, ainda que haja razões para, no curto prazo, sustentar a prorrogação de um mecanismo que trouxe estabilidade ao financiamento e reduziu dramaticamente a desigualdade entre os municípios. No entanto, o Fundo não contribuiu para estimular a eficiência nem a qualidade, e, seja no âmbito do Fundeb, seja por meio de outros mecanismos, é necessário rever a legislação que estimula a ineficiência e, ao mesmo tempo, estabelecer instrumentos para premiar quem é eficiente.

A crise previdenciária de estados e municípios — que terá repercussões profundas nas próximas décadas — deveria ser outro ponto importante de debate. Dado que o maior volume de recursos do Fundeb se destina a pagar a professores, seria oportuno estabelecer regras e condições para evitar a continuação do aumento do rombo previdenciário. Por outro lado, estamos diante de uma brutal redução da demanda por matrículas e vagas, devido às mudanças demográficas. Isso significa que haverá necessidade de menos escolas e menos professores, o que pode ensejar a redução das necessidades de financiamento. Ao mesmo tempo, haverá enorme pressão para aumentar gastos para atender a população idosa, que, em breve, será muito maior do que a população em idade escolar — e com custos de atendimento muito maiores.

Há outros aspectos ainda mais profundos. Por exemplo, a própria ideia de redistribuir os recursos de cada estado dentro de cada estado, como é hoje. Isso permitiu reduzir muito a diferença dentro das unidades da Federação, mas permanecem enormes as disparidades entre elas. No mínimo, caberia discutir a ideia de um único fundo nacional, a ser distribuído de maneira mais equitativa por todo o país. Isso promoveria uma equalização ainda maior, e poderia haver mecanismos para corrigir eventuais distorções relacionadas, por exemplo, ao custo de vida. Esta sim, seria uma revolução no financiamento. Há estudo interessante de José Roberto Affonso e Kleber de Castro a respeito do tema.

Caberia analisar se seria conveniente promover alterações profundas no Fundeb no mesmo momento em que o governo anuncia importantes alterações na política tributária e fiscal, e que poderão alterar a base de cálculo e o volume de recursos a serem distribuídos. Nesse contexto, também caberia reexaminar o fundo que privilegia sobremaneira o Distrito Federal nas áreas de educação, saúde e segurança. Será que ainda há justificativas para tamanhos privilégios? Se um dos pontos fortes do Fundeb é reduzir a desigualdade na Federação, o que ainda justificaria o tratamento diferenciado? Esses são alguns dos temas que não foram discutidos. O aprofundamento do debate permitiria examinar alternativas e pensar de maneira mais abrangente o futuro do financiamento da educação. João Batista Araujo e Oliveira é presidente do Instituto Alfa e Beto

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Estímulo para estudar na USP e apoio durante a jornada

Raul da Silva Souza, 25 anos, é engenheiro recém-formado pela Poli-USP, e Edivando de Moura Barros, 27, está no último ano da graduação de medicina da Unifesp.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/empresas/6335129/estimulo-para-estudar-na-usp-e-apoio-durante-jornada>

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Especialistas apontam desafios para realização do Enem digital

Computadores defasados e ausência de internet estão entre os problemas

Vinte computadores defasados e com pouco acesso à internet. É assim que o diretor do Centro de Ensino Médio 404, Felipe de Lemos Cabral, descreve a estrutura de informática à disposição dos alunos da escola, localizada em Santa Maria, no Distrito Federal (DF). Situada a cerca de 30 quilômetros do centro de Brasília, Santa Maria é uma das regiões administrativas do DF.

Quando perguntado se os estudantes estariam preparados para fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) digital, Cabral diz que nem todos têm sequer familiaridade com os computadores. "Hoje o aluno está muito mais inserido via celular. Usam muito a rede social e sabem pouco lidar com o resto da informação que a internet disponibiliza. Têm pouco acesso técnico, têm pouca formação do trato com o computador, com coisas simples como formatar um texto, por exemplo."

De acordo com o Censo Escolar 2018, 82% das escolas públicas de ensino médio regular têm laboratório de informática e 94%, acesso à internet. Cabral ressalta, no entanto, que, como ocorre na escola que dirige, nem sempre o equipamento é suficiente para atender à demanda. Além disso, ele destaca que os professores teriam que ser formados para inserir a tecnologia nas aulas.

"Não é má ideia, não seria ruim [o Enem digital], mas acho que teria que ter uma preparação maior do sistema para isso", diz Cabral. Ele teme que o exame passe a excluir estudantes que não tenham acesso a computadores, que terão mais dificuldade em fazer as provas. "Pode dificultar o acesso dos alunos ao exame e, com isso, cair o número de inscritos".

Na semana passada, o Ministério da Educação (MEC) anunciou que o Enem passará a ser feito por computador. Isso ocorrerá gradativamente, começando no ano que vem com um grupo de 50 mil estudantes. A digitalização completa está prevista para 2026.

A ideia, que não é nova e busca seguir uma tendência mundial de modernização, gerou uma série de questionamentos. Segundo especialistas entrevistados pela Agência Brasil, o MEC terá que enfrentar certos desafios para implementar a digitalização do Enem. Um dos desafios é a escassa disponibilidade de infraestrutura das escolas.

Provas criptografadas

Outra questão apontada por especialistas é a segurança do exame. "Tem que ter certeza de que todos os sistemas, de ponta a ponta, do momento em que se liga o computador, em que é feita a prova, ao momento em que as provas são armazenadas e processadas, essas informações sejam criptografadas. E uma criptografia com uma robustez que não permita que, através da utilização de outras tecnologias, ela possa ser quebrada", alerta o professor Renato Leite, do Data Privacy Brasil.

A criptografia é usada hoje, por exemplo, em aplicativos como o WhatsApp. Trata-se de transformar o conteúdo em códigos e tornar a mensagem impossível de ser lida quando

armazenada. Apenas o destinatário final consegue ter acesso ao conteúdo.

Além disso, é preciso usar programas de computador confiáveis. Uma opção é o uso de softwares livres, cujos códigos são abertos e podem ser acessados.

De acordo com fundador e também professor do Data Privacy Brasil, Bruno Bioni, é preciso ainda garantir a proteção dos dados dos estudantes. "Toda vez que o governo se propõe a se informatizar, a ser um governo mais eletrônico, e isso envolve quantidade significativa de processamento de dados, isso deve ser acompanhado com cuidado. Tão importante quanto avançar nessas pautas de digitalização é mostrar preocupação com os dados dos cidadãos", ressalta Bioni.

Ele destaca que, em agosto do ano que vem, entra em vigor a chamada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018). "Uma das coisas que a lei procura estabelecer é que, quando se está executando uma política pública como essa, deve-se ter todo um programa de governança de dados", acrescenta Bioni. Ele alerta que o MEC deverá ter transparência quanto ao uso desses dados.

Debate

Para o professor Francisco Soares, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), a proposta do MEC precisa ainda ser detalhada e colocada em discussão. Soares era presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), quando, em 2015, o Ministério da Educação quis começar a testar o Enem digital. O professor lembra que, na época, foram feitos apenas estudos "ultrapreliminares".

"O Enem precisa de mudanças. Uma delas é trazer mais tecnologia. Eu acho que a iniciativa está em uma direção correta, era desejada, e tomara que agora seja implementada", diz Soares. O professor considera necessárias audiências públicas para que todos os interessados e especialistas possam contribuir para a elaboração de um bom exame.

"Se vamos mudar, a gente devia mudar para melhorar. O computador dá a chance de oferecer outro tipo de item. Ter simulações em itens de ciência, por exemplo. Se essa mudança for simplesmente para turbinar o velho, não vai adiantar muito. Ela traz possibilidade de uma coisa de impacto muito muito interessante, mas isso exige tempo", destaca Soares.

Para o professor, o exame precisa deixar de apresentar apenas questões de múltipla escolha e incluir também questões discursivas. Além disso, que use recursos digitais, como vídeos, por exemplo. Isso, de acordo com o conselheiro, vai ajudar a mudar também a formação dos estudantes no ensino médio, já que muito do que é ensinado nas escolas é pautado pelo Enem e por vestibulares.

Soares ressalta também que, na fase de transição, na qual o Enem será aplicado no formato digital apenas para alguns alunos, é preciso garantir que os estudantes que optem pela prova digital tenham as mesmas chances de ser aprovados em uma universidade que aqueles que fizeram a prova em papel. Para isso, é preciso testar os itens em formato digital.

"Será que um item específico é facilitado ou dificultado pelo fato de o estudante estar respondendo no computador ou no papel e lápis? Esta questão é importantíssima. É uma preocupação técnica que não tem como ser resolvida depois", enfatiza.

O Enem é elaborado a partir de um banco nacional de itens, que reúne questões feitas por especialistas para as provas. Cada um dos itens é pré-testado em aplicações feitas em escolas. O processo é sigiloso, e os estudantes não sabem que estão respondendo a possíveis questões do Enem. Isso é feito, atualmente, em papel.

Ministério da Educação

Em entrevista coletiva sobre a infraestrutura das escolas, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse acreditar que, até 2026, a realidade brasileira terá mudado e o acesso a computadores será mais amplo.

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, informou que para a aplicação da prova poderão ser usadas estruturas de escolas e universidades, como já é feito hoje para o Enem em papel.

O MEC diz que pretende modernizar o exame, que poderá utilizar vídeos, infográficos e até mesmo seguir a lógica dos games. As medidas de segurança que serão tomadas ainda não foram detalhadas.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

IFRR abre processo seletivo para 120 vagas remanescentes em cursos de pós-graduação

Oportunidades são para os cursos de Informática na Educação e Ensino da Matemática na modalidade EAD. Inscrições encerram dia 12 de julho.

Por G1 RR — Boa Vista

O Instituto Federal de Roraima Campus Boa Vista abriu processo seletivo para 120 vagas remanescentes de cursos pós-graduação lato sensu na modalidade Educação a Distância (EAD). As oportunidades são para Informática na Educação e Ensino da Matemática. As inscrições terminam dia 12 de julho.

Conforme o edital ([clique aqui](#)) são ofertadas 50 vagas para o curso de Informática na Educação, divididas entre os polos de Boa Vista, Pacaraima, São João da Baliza, Iracema e Mucajaí.

Já o curso de Ensino da Matemática oferta 70 vagas para os polos de Boa Vista, Iracema, São Luiz do Anauá, Pacaraima e Rorainópolis.

O processo de seleção ocorre através de análise curricular e através dos pré-requisitos demandados no edital.

Para se inscrever, os interessados devem acessar o site da instituição e preencher o formulário, seguindo os trâmites vigentes até o dia 12 de julho. O processo seletivo é válido para ingresso no 2º semestre do ano letivo de 2019.

Boa Vista

Após a inscrição, o candidato deverá entregar os documentos solicitados no edital no

Departamento de Educação a Distância (Dead), no Campus Boa Vista, localizado na Avenida Glaycon de Paiva, nº 249, Bairro Pricumã, zona Oeste.

O horário de funcionamento do departamento é das 8h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

Interior

Para candidatos do interior do estado, a entrega dos documentos podem ser feitas na sede do Polo de Ensino Univirr/ UAB da cidade a qual se candidataram. O horário de atendimento é das 8h30 às 11h30.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Especialistas apontam desafios para realização do Enem digital

Vinte computadores defasados e com pouco acesso à internet. É assim que o diretor do Centro de Ensino Médio 404, Felipe de Lemos Cabral, descreve a estrutura de informática à disposição dos alunos da escola, localizada em Santa Maria, no Distrito Federal (DF). Situada a cerca de 30 quilômetros do centro de Brasília, Santa Maria é uma das regiões administrativas do DF.

Quando perguntado se os estudantes estariam preparados para fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) digital, Cabral diz que nem todos têm sequer familiaridade com os computadores. “Hoje o aluno está muito mais inserido via celular. Usam muito a rede social e sabem pouco lidar com o resto da informação que a internet disponibiliza. Têm pouco acesso técnico, têm pouca formação do trato com o computador, com coisas simples como formatar um texto, por exemplo.”

De acordo com o Censo Escolar 2018, 82% das escolas públicas de ensino médio regular têm laboratório de informática e 94%, acesso à internet. Cabral ressalta, no entanto, que, como ocorre na escola que dirige, nem sempre o equipamento é suficiente para atender à demanda. Além disso, ele destaca que os professores teriam que ser formados para inserir a tecnologia nas aulas.

“Não é má ideia, não seria ruim [o Enem digital], mas acho que teria que ter uma preparação maior do sistema para isso”, diz Cabral. Ele teme que o exame passe a excluir estudantes que não tenham acesso a computadores, que terão mais dificuldade em fazer as provas. “Pode dificultar o acesso dos alunos ao exame e, com isso, cair o número de inscritos”.

Na semana passada, o Ministério da Educação (MEC) anunciou que o Enem passará a ser feito por computador. Isso ocorrerá gradativamente, começando no ano que vem com um grupo de 50 mil estudantes. A digitalização completa está prevista para 2026.

A ideia, que não é nova e busca seguir uma tendência mundial de modernização, gerou uma série de questionamentos. Segundo especialistas entrevistados pela Agência Brasil, o MEC terá que enfrentar certos desafios para implementar a digitalização do Enem. Um dos desafios é a escassa disponibilidade de infraestrutura das escolas.

Provas criptografadas

Outra questão apontada por especialistas é a segurança do exame. “Tem que ter certeza de que todos os sistemas, de ponta a ponta, do momento em que se liga o computador,

em que é feita a prova, ao momento em que as provas são armazenadas e processadas, essas informações sejam criptografadas. E uma criptografia com uma robustez que não permita que, através da utilização de outras tecnologias, ela possa ser quebrada”, alerta o professor Renato Leite, do Data Privacy Brasil.

A criptografia é usada hoje, por exemplo, em aplicativos como o WhatsApp. Trata-se de transformar o conteúdo em códigos e tornar a mensagem impossível de ser lida quando armazenada. Apenas o destinatário final consegue ter acesso ao conteúdo.

Além disso, é preciso usar programas de computador confiáveis. Uma opção é o uso de softwares livres, cujos códigos são abertos e podem ser acessados.

De acordo com fundador e também professor do Data Privacy Brasil, Bruno Bioni, é preciso ainda garantir a proteção dos dados dos estudantes. “Toda vez que o governo se propõe a se informatizar, a ser um governo mais eletrônico, e isso envolve quantidade significativa de processamento de dados, isso deve ser acompanhado com cuidado. Tão importante quanto avançar nessas pautas de digitalização é mostrar preocupação com os dados dos cidadãos”, ressalta Bioni.

Ele destaca que, em agosto do ano que vem, entra em vigor a chamada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018). “Uma das coisas que a lei procura estabelecer é que, quando se está executando uma política pública como essa, deve-se ter todo um programa de governança de dados”, acrescenta Bioni. Ele alerta que o MEC deverá ter transparência quanto ao uso desses dados.

Debate

Para o professor Francisco Soares, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), a proposta do MEC precisa ainda ser detalhada e colocada em discussão. Soares era presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), quando, em 2015, o Ministério da Educação quis começar a testar o Enem digital. O professor lembra que, na época, foram feitos apenas estudos “ultrapreliminares”.

“O Enem precisa de mudanças. Uma delas é trazer mais tecnologia. Eu acho que a iniciativa está em uma direção correta, era desejada, e tomara que agora seja implementada”, diz Soares. O professor considera necessárias audiências públicas para que todos os interessados e especialistas possam contribuir para a elaboração de um bom exame.

“Se vamos mudar, a gente devia mudar para melhorar. O computador dá a chance de oferecer outro tipo de item. Ter simulações em itens de ciência, por exemplo. Se essa mudança for simplesmente para turbinar o velho, não vai adiantar muito. Ela traz possibilidade de uma coisa de impacto muito muito interessante, mas isso exige tempo”, destaca Soares.

Para o professor, o exame precisa deixar de apresentar apenas questões de múltipla escolha e incluir também questões discursivas. Além disso, que use recursos digitais, como vídeos, por exemplo. Isso, de acordo com o conselheiro, vai ajudar a mudar também a formação dos estudantes no ensino médio, já que muito do que é ensinado nas escolas é pautado pelo Enem e por vestibulares.

Soares ressalta também que, na fase de transição, na qual o Enem será aplicado no formato digital apenas para alguns alunos, é preciso garantir que os estudantes que optem pela prova digital tenham as mesmas chances de ser aprovados em uma universidade que aqueles que fizerem a prova em papel. Para isso, é preciso testar os itens em formato digital.

“Será que um item específico é facilitado ou dificultado pelo fato de o estudante estar respondendo no computador ou no papel e lápis? Esta questão é importantíssima. É uma preocupação técnica que não tem como ser resolvida depois”, enfatiza.

O Enem é elaborado a partir de um banco nacional de itens, que reúne questões feitas por especialistas para as provas. Cada um dos itens é pré-testado em aplicações feitas em escolas. O processo é sigiloso, e os estudantes não sabem que estão respondendo a possíveis questões do Enem. Isso é feito, atualmente, em papel.

Ministério da Educação

Em entrevista coletiva sobre a infraestrutura das escolas, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse acreditar que, até 2026, a realidade brasileira terá mudado e o acesso a computadores será mais amplo.

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, informou que para a aplicação da prova poderão ser usadas estruturas de escolas e universidades, como já é feito hoje para o Enem em papel.

O MEC diz que pretende modernizar o exame, que poderá utilizar vídeos, infográficos e até mesmo seguir a lógica dos games. As medidas de segurança que serão tomadas ainda não foram detalhadas.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Especialistas apontam desafios para realização do Enem digital

Vinte computadores defasados e com pouco acesso à internet. É assim que o diretor do Centro de Ensino Médio 404, Felipe de Lemos Cabral, descreve a estrutura de informática à disposição dos alunos da escola, localizada em Santa Maria, no Distrito Federal (DF). Situada a cerca de 30 quilômetros do centro de Brasília, Santa Maria é uma das regiões administrativas do DF.

Quando perguntado se os estudantes estariam preparados para fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) digital, Cabral diz que nem todos têm sequer familiaridade com os computadores. "Hoje o aluno está muito mais inserido via celular. Usam muito a rede social e sabem pouco lidar com o resto da informação que a internet disponibiliza. Têm pouco acesso técnico, têm pouca formação do trato com o computador, com coisas simples como formatar um texto, por exemplo."

De acordo com o Censo Escolar 2018, 82% das escolas públicas de ensino médio regular têm laboratório de informática e 94%, acesso à internet. Cabral ressalta, no entanto, que, como ocorre na escola que dirige, nem sempre o equipamento é suficiente para atender à demanda. Além disso, ele destaca que os professores teriam que ser formados para inserir a tecnologia nas aulas.

"Não é má ideia, não seria ruim [o Enem digital], mas acho que teria que ter uma preparação maior do sistema para isso", diz Cabral. Ele teme que o exame passe a excluir estudantes que não tenham acesso a computadores, que terão mais dificuldade em fazer as provas. "Pode dificultar o acesso dos alunos ao exame e, com isso, cair o número de inscritos".

Na semana passada, o Ministério da Educação (MEC) anunciou que o Enem passará a ser feito por computador. Isso ocorrerá gradativamente, começando no ano que vem com um grupo de 50 mil estudantes. A digitalização completa está prevista para 2026.

A ideia, que não é nova e busca seguir uma tendência mundial de modernização, gerou uma série de questionamentos. Segundo especialistas entrevistados pela Agência Brasil, o MEC terá que enfrentar certos desafios para implementar a digitalização do Enem. Um dos desafios é a escassa disponibilidade de infraestrutura das escolas.

Provas criptografadas

Outra questão apontada por especialistas é a segurança do exame. "Tem que ter certeza de que todos os sistemas, de ponta a ponta, do momento em que se liga o computador, em que é feita a prova, ao momento em que as provas são armazenadas e processadas, essas informações sejam criptografadas. E uma criptografia com uma robustez que não permita que, através da utilização de outras tecnologias, ela possa ser quebrada", alerta o professor Renato Leite, do Data Privacy Brasil.

A criptografia é usada hoje, por exemplo, em aplicativos como o WhatsApp. Trata-se de transformar o conteúdo em códigos e tornar a mensagem impossível de ser lida quando armazenada. Apenas o destinatário final consegue ter acesso ao conteúdo.

Além disso, é preciso usar programas de computador confiáveis. Uma opção é o uso de softwares livres, cujos códigos são abertos e podem ser acessados.

De acordo com fundador e também professor do Data Privacy Brasil, Bruno Bioni, é preciso ainda garantir a proteção dos dados dos estudantes. "Toda vez que o governo se propõe a se informatizar, a ser um governo mais eletrônico, e isso envolve quantidade significativa de processamento de dados, isso deve ser acompanhado com cuidado. Tão importante quanto avançar nessas pautas de digitalização é mostrar preocupação com os dados dos cidadãos", ressalta Bioni.

Ele destaca que, em agosto do ano que vem, entra em vigor a chamada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018). "Uma das coisas que a lei procura estabelecer é que, quando se está executando uma política pública como essa, deve-se ter todo um programa de governança de dados", acrescenta Bioni. Ele alerta que o MEC deverá ter transparência quanto ao uso desses dados.

Debate

Para o professor Francisco Soares, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), a proposta do MEC precisa ainda ser detalhada e colocada em discussão. Soares era presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), quando, em 2015, o Ministério da Educação quis começar a testar o Enem digital. O professor lembra que, na época, foram feitos apenas estudos "ultrapreliminares".

"O Enem precisa de mudanças. Uma delas é trazer mais tecnologia. Eu acho que a iniciativa está em uma direção correta, era desejada, e tomara que agora seja implementada", diz Soares. O professor considera necessárias audiências públicas para que todos os interessados e especialistas possam contribuir para a elaboração de um bom exame.

"Se vamos mudar, a gente devia mudar para melhorar. O computador dá a chance de oferecer outro tipo de item. Ter simulações em itens de ciência, por exemplo. Se essa mudança for simplesmente para turbinar o velho, não vai adiantar muito. Ela traz possibilidade de uma coisa de impacto muito muito interessante, mas isso exige tempo", destaca Soares.

Para o professor, o exame precisa deixar de apresentar apenas questões de múltipla escolha e incluir também questões discursivas. Além disso, que use recursos digitais, como vídeos, por exemplo. Isso, de acordo com o conselheiro, vai ajudar a mudar também a formação dos estudantes no ensino médio, já que muito do que é ensinado nas escolas é pautado pelo Enem e por vestibulares.

Soares ressalta também que, na fase de transição, na qual o Enem será aplicado no formato digital apenas para alguns alunos, é preciso garantir que os estudantes que optem pela prova digital tenham as mesmas chances de ser aprovados em uma universidade que aqueles que fizeram a prova em papel. Para isso, é preciso testar os itens em formato digital.

"Será que um item específico é facilitado ou dificultado pelo fato de o estudante estar respondendo no computador ou no papel e lápis? Esta questão é importantíssima. É uma preocupação técnica que não tem como ser resolvida depois", enfatiza.

O Enem é elaborado a partir de um banco nacional de itens, que reúne questões feitas por especialistas para as provas. Cada um dos itens é pré-testado em aplicações feitas em escolas. O processo é sigiloso, e os estudantes não sabem que estão respondendo a possíveis questões do Enem. Isso é feito, atualmente, em papel.

Ministério da Educação

Em entrevista coletiva sobre a infraestrutura das escolas, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse acreditar que, até 2026, a realidade brasileira terá mudado e o acesso a computadores será mais amplo.

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, informou que para a aplicação da prova poderão ser usadas estruturas de escolas e universidades, como já é feito hoje para o Enem em papel.

O MEC diz que pretende modernizar o exame, que poderá utilizar vídeos, infográficos e até mesmo seguir a lógica dos games. As medidas de segurança que serão tomadas ainda não foram detalhadas.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Sete em cada dez inscritos no Enem em 2018 dizem não ter internet em casa

A falta de acesso à tecnologia no Brasil pode dificultar os planos do MEC (Ministério da Educação) de aplicar o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 100% por computadores até 2026.

Dados da Sinopse Estatística do Enem 2018 mostram que sete de cada dez pessoas que se inscreveram no exame no ano passado disseram não ter acesso à internet em casa. Foram mais de 5,5 milhões de inscritos no exame em 2018.

Os inscritos na prova no ano passado se dividiram ainda quanto à presença de computadores em casa: enquanto 3,2 milhões disseram ter um ou mais deles em casa, outros 2,3 milhões afirmaram não ter nenhum equipamento na residência.

Quando a pergunta foi sobre a existência de um telefone celular, a maior parte dos inscritos (1,7 milhão) disse ter dois na casa. Na outra ponta, apenas 113 mil disseram não ter nenhum celular na residência. Os dados não trazem informações quanto à conectividade desses aparelhos com a internet.

De acordo com o MEC, um modelo piloto do Enem digital, para 50 mil alunos, será realizado já no ano que vem. A empresa que for contratada para a aplicação do exame será responsável por toda a infraestrutura, incluindo os locais de prova, os fiscais de sala e os computadores.

Apesar de a aplicação de um Enem digital não depender da existência de um computador em casa, ela apresenta relação com o desenvolvimento de habilidades digitais dos alunos, que deixarão de ler e responder às questões da prova no papel.

A Sinopse Estatística do Enem é um levantamento realizado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), órgão ligado ao MEC que é responsável pela prova. Entre as informações utilizadas para o relatório, estão as respostas dos candidatos a um questionário socioeconômico aplicado no momento da inscrição.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Marcha pela Ciência em SP mira Bolsonaro, Doria e cortes

Manifestação também contou com feira de ciência para atrair a atenção de pessoas que passavam

Os cortes na ciência, o governo Jair Bolsonaro (PSL) e o governador João Doria (PSDB) foram os principais alvos da Marcha pela Ciência, em São Paulo.

Quem passava pela av. Paulista na tarde deste domingo (7) poderia ouvir, em algum momento gritos como “Ciência é investimento, balbúrdia é o governo” e “Vem, vem pra rua vem pela ciência”.

Em abril deste ano, o ministro da Educação Abraham Weintraub afirmou que há balbúrdia em universidades públicas brasileiras.

A gestão Weintraub tem sido marcada por bloqueios de verbas para universidades federais —30% para todas as federais, o que representa cerca de R\$ 2 bilhões e incide sobre recursos discricionários (que excluem salários, por exemplo).

O governo Bolsonaro também bloqueou 3.474 bolsas e congelou outras 2.724 bolsas de pós-graduação, fatos que também foram motivo de protestos.

Além disso, houve corte de 42% no orçamento do MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), o que equivale a cerca de R\$ 2,1 bilhões.

O pequeno grupo de pessoas, com cerca de 50 pessoas, caminhou, na fria tarde paulistana, da frente do Instituto Pasteur até o Masp.

Durante o protesto, com um megafone, os manifestantes disputaram a atenção dos transeuntes com músicos nas calçadas e com caixas de som de jovens.

Segundo Marimélia Porcionatto, secretária regional da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) por SP, mesmo com a pequena presença de manifestantes, o protesto foi bem-sucedido.

“Por mais que seja noticiado, mesmo assim as pessoas não estão cientes que está havendo esse movimento de desmonte da ciência e educação”, diz Porcionatto.

A pesquisadora aponta que Doria também foi alvo de protestos por conta de cortes e falta de reposição de pessoal. Outro motivo é a concessão do Jardim Botânico —o Instituto de Botânica fica no local— à iniciativa privada.

Além do protesto, instituições de pesquisa levaram uma feira de ciências para a frente do Instituto Pasteur.

No local, era constante a presença de crianças assistindo batalhas de robôs e ouvindo explicações sobre micro-organismos e peixes ameaçados de extinção.

“É importante que eles tomem conhecimento da atividade profissional, que é possível ser cientista”, diz Porcionatto. Segundo ela, estuda-se a possibilidade de tornar esse tipo de feira mais frequente, com possibilidade de atividades mensais.

Outras manifestações estão programadas para esta segunda em Olinda, Pernambuco, e Natal, Rio Grande do Norte.

FOLHA DE S. PAULO - SP - ELIO GASPARI

A privatária ameaça a UFRJ

Hospital em declínio é símbolo de uma época em que a universidade sonhava

O hospital Sírio-Libanês retifica: “Não está nos planos atuais da instituição abrir uma filial do hospital no Rio de Janeiro.” (Em 2015 esteve, com gente boa conseguindo promessas de doações, mas isso é passado.)

Bola na rede

O ministro Abraham Weintraub, da Educação, acertou uma. Tirou do mundo das falsas promessas a ideia de fazer o exame do Enem por meio digital e anunciou que a novidade começará a funcionar no ano que vem.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogasparsi/2019/07/a-privataria-ameaca-a-ufri.shtml>

topo ↕

O GLOBO - RJ - EDITORIAL

O museu nacional de obras públicas paralisadas

O cemitério de canteiros fechados representa um investimento de R\$ 144 bilhões em deterioração

O Brasil se tornou um grande museu de obras públicas paradas. Mais de 14 mil empreendimentos custeados com recursos federais estão paralisados.

Essa foi a conclusão do Tribunal de Contas da União ao consolidar, no mês passado, auditorias em 38.412 empreendimentos financiados pela União nos últimos dez anos. Somam investimento de R\$ 725 bilhões e estão registrados nos bancos de dados mantidos por Caixa Econômica Federal, Ministério da Educação, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) e Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A análise dessa amostra, que concentra a maioria dos projetos federais, indicou 37% de obras públicas totalmente paralisadas, inacabadas. Juntas, representam investimento de R\$ 144 bilhões.

O maior volume de desperdício está nas obras do PAC, legado dos governos Lula e Dilma com inúmeros casos de corrupção. Dos R\$ 663 bilhões previstos, tem-se R\$ 127 bilhões em obras paralisadas. As de maior custo estão em Goiás (44%), Ceará (42%), Piauí (35%), São Paulo (33%) e Minas (31%).

A situação pode ser muito mais grave, ressalta o TCU. Isso porque não existe um cadastro de obras, e os recursos federais são pulverizados por uma miríade de organismos burocráticos. Embora a amostra de 38.412 obras seja representativa, ela é deficiente — consequência dos critérios de Caixa, MEC, Dnit, Funasa e PAC. Para eles, obra com o cronograma revisado, ainda que não tenha sido ainda reiniciada, já é considerada “em andamento”.

Um exame de 1.688 empreendimentos no ano passado mostrou como causas mais comuns desses prejuízos o sobrepreço e a deficiência ou inexistência de projetos básicos. Em seguida estão a insuficiência de recursos de contrapartida e a dificuldade de governos ou organismos locais em gerenciar o financiamento recebido.

O quadro é dramático. Deveria ser revertido com urgência por iniciativa conjunta do governo federal, Congresso, estados e municípios. É inconcebível continuar com tanto desperdício de dinheiro público.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ELIO GASPARI

A privataria ameaça a UFRJ

O hospital Sírio Libanês retifica: "Não está nos planos atuais da instituição abrir uma filial do hospital no Rio de Janeiro."

(Em 2015 esteve, com gente boa conseguindo promessas de doações, mas isso é passado.)

A Universidade Federal do Rio de Janeiro trabalha, com o BNDES e o banco Fator, na

modelagem de uma licitação para conceder, por até 50 anos, 485 mil metros quadrados de terrenos na ilha do Fundão e na praia Vermelha (onde fica o falecido Canecão). Quem desenhou a girafa foi Deus. Só Ele sabe o que sairá da modelagem que estão cozinhando. Felizmente, o BNDES e a UFRJ garantem que tudo será feito às claras, em processo licitatório, com o devido debate.

Segundo a universidade, o cessionário disporá dos terrenos de acordo com seus interesses e a "vocação imobiliária" das áreas: "Provavelmente essas vocações estão associadas à ocupação para residências, comércio ou serviço. Há possibilidade de haver centros de compras ou de convenções, supermercados ou hotéis."

O edital que licitou o pregão que contratou do banco Fator foi mais claro. Em duas ocasiões mencionou a possibilidade de uso dos terrenos para "condomínios corporativos, (...) redes de hotéis, redes de hospitais e redes de ensino".

O que se cozinha é um amplo projeto capaz de botar dinheiro nos magros cofres da Universidade. Coisa de bilhão de reais. Começa pela cessão dos terrenos, por até 50 anos. Essa seria a parte fácil. Ela complica-se porque modela-se um projeto pelo qual o cessionário, ou seus parceiros, devem dar contrapartidas à UFRJ, construindo prédios, restaurantes e alojamentos. Talvez fosse mais simples não misturar gravata com abacate, mas vá lá. Serão duas bolas no ar. Está na panela também a eventual criação de um "Fundo de Investimento Imobiliário" que ficaria encarregado de gerir o erário resultante das operações. Assim, o malabar tem três bolas. (Esse fundo poderia ficar parecido com a Harvard Corporation, que cuida do patrimônio da universidade. Caso ele venha a ter investidores particulares, arrisca-se misturar Boston com Borel.)

O projeto imobiliário ganhou um nome de fantasia — "Viva UFRJ" — e na essência desenhará o futuro da universidade. Shoppings, redes de hotéis e de hospitais muita gente faz, universidades são coisa para gente grande.

Quando ficar pronta a modelagem, tudo poderá ser discutido. Até agora, sem que o banco Fator tenha algo a ver com isso, saiu uma fumaça cinzenta do "Viva UFRJ". Apesar de se sonhar com recursos, redes de hotéis e de hospitais (privados), a universidade já esclareceu que "o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho não entrou nas contrapartidas pois estimativas preliminares indicaram que o custo da obra não cabe no projeto."

O "Clementino Fraga" é um grande hospital, público, símbolo de uma época em que a UFRJ sonhava grande. Hoje ele é o retrato de uma realidade ruínosa. O doutor Clementino, tio-avô de Armínio Fraga, foi um grande reitor da universidade no ano bicudo de 1968. Ele não merece que seu hospital público seja o que é, enquanto a centenas de metros do seu gabinete da Praia Vermelha, reluz um grande hospital para endinheirados.

A nova morte do major

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército deu a uma de suas salas o nome do major alemão Otto von Westernhagen, assassinado com dez tiros por terroristas do Colina em julho de 1968, cinco meses antes da edição do Ato Institucional nº 5.

Da homenagem resultou uma barulheira. Teria sido festejado um nazista, condecorado por Hitler. Devagar com o andor, por três motivos.

Primeiro porque Westernhagen era um jovem oficial do Exército. Combateu na França e foi ferido na tomada de Berlim, em 1945. Anos depois foi reintegrado à tropa, como capitão. Em 1966 veio para o Brasil, onde cursava a Eceme.

Um alemão que combateu na Segunda Guerra não pode ser automaticamente classificado como nazista. Em 1941, aos 14 anos, o jovem Joseph Ratzinger estava na Juventude Hitlerista e dois anos depois, compulsoriamente, foi para a tropa. Em 2005 tornou-se o Papa Bento XVI.

O caso de Westernhagen tem um segundo aspecto. Ele foi morto por engano. Os terroristas campanaram e executaram um homem que supunham ser o capitão Gary Prado. Um ano antes, Prado participara da captura do Che Guevara. Os terroristas sabiam onde ele morava, mas só descobriram que não era o boliviano quando abriram sua pasta e acharam documentos em alemão. Percebido o engano, calaram-se. O crime só foi desvendado anos depois pelo historiador Jacob Gorender.

Westernhagen não era nazista nem boliviano e morreu numa rua da Gávea sem ter nada a ver com o pato. Nada mais natural que homenageá-lo dando o seu nome a uma sala de aula na escola militar onde estudava.

Num terceiro aspecto, a homenagem ao major repara um injusto esquecimento. Um dos integrantes do comando que o matou, o ex-sargento da FAB João Lucas Alves, é nome de rua em São Paulo e no Rio. (Ele foi torturado e morto no DOPS de Belo Horizonte. Na versão da ditadura, suicidou-se.)

Em 1968 mataram Westernhagen por engano. Meio século depois, sua memória merece respeito.

BOLA NA REDE

O ministro Abraham Weintraub, da Educação, acertou uma. Tirou do mundo das falsas promessas a ideia de se fazer o exame do Enem por meio digital e anunciou que a novidade começará a funcionar no ano que vem.

Inicialmente, o Enem digital será oferecido em 15 capitais, dando ao estudantes o direito de optar pela prova de papel.

Se tudo correr bem, em 2026 o Enem será todo feito em computadores.

Não se trata de uma simples mudança de plataforma. A prova eletrônica criará uma facilidade logística e o exame poderá ser aplicado em até quatro ocasiões durante o mesmo ano. É assim que funciona o SAT americano.

Quando isso acontecer, a garotada ficará livre do pesadelo de jogar um ano de vida em duas manhãs.

AR DE COIMBRA

A nobiliarquia oficial descobriu as delícias dos seminários portugueses. A coisa funciona assim:

Organiza-se um seminário sobre seja lá o que for numa universidade estrangeira, de preferência em Portugal (lá fala-se um idioma confortável), quase sempre colada a um fim de semana.

O magano viaja com as despesas total ou parcialmente cobertas.

Na quinta-feira, estudantes da universidade de Coimbra zoaram o evento onde estavam o governador Wilson Witzel (Harvard Fake" 15), e três ministros do Supremo, entre eles Ricardo Lewandowski. A manifestação provocou o fim da sessão.

A repórter Mônica Bergamo informou que, depois da zoadada, o ministro Lewandowski abraçou alguns estudantes.

O ar de Coimbra amacia os corações. Em Brasília, quando o passageiro de um avião hostilizou Lewandowski, ele reagiu de outro jeito: "Vem cá, você quer ser preso?"

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

Reitora da UFRJ quer ouvir as vozes discordantes

A primeira mulher em quase 100 anos a tomar posse (amanhã) como reitora da UFRJ, a maior do país, Denise Pires de Carvalho, 54 anos, prometerá em seu discurso romper as "bolhas" da instituição.

Para ela, com as redes sociais, parecia que tudo se tornaria mais democrático.

—No entanto, estamos começando a identificar o aparecimento de bolhas de informação, uma nova forma de ver o mundo, mais restrita e pobre. A tendência é de conversarmos apenas com aqueles que concordam conosco.

O desafio de Denise é romper com essas bolhas. "Não podemos permanecer escravos de nós mesmos, de nossas ideias e ideais, ouvindo apenas a voz concordante e nunca a dissonante. A pluralidade de ideias e o sabor do contraditório são os pilares para o exercício da democracia e da liberdade".

Por falar em "abertura"...

Para começo de conversa, a nova reitora pretende que uma comissão externa acompanhe a reconstrução do Museu Nacional, tragado por um incêndio no ano passado.

topo ↕

CARTA CAPITAL - SP - OPINIÃO

Educar e resistir

ARTIGO A defesa da educação é uma tarefa que se impõe a todas as forças progressistas

O golpe de 1964 legou-nos uma ditadura que logo ficou conhecida como 'revolução dos caranguejos', de tanto que caminhava para trás, condenando-nos ao obscurantismo. Em artigo antológico publicado no Correio da Manhã, Carlos Heitor Cony dizia que o golpe que pretendia ser chamado de "revolução" ignorava a marcha da história e tentava regredir à República Velha. Assim rasteja o novo regime brasileiro, modelo arcaico de populismo autoritário, ameaçando-nos com políticas retrógradas em todos os campos da

experiência humana.

Em pouco mais de seis meses, retrocedemos nas políticas externa, ambiental, educacional, científica e tecnológica, bem como nos conceitos de nação, independência e mesmo de defesa. O novo regime renunciou ao desenvolvimento e às políticas de compensação social, em um país no qual quase 14 milhões de cidadãos não dispõem de emprego e outros tantos vivem à margem do mercado de trabalho.

Desfeitas as esperanças de um presente digno, o bolsonarismo destrói o nosso futuro. Para o projeto de subalternidade econômica, militar e estratégica de nosso país aos interesses dos EUA e de suas empresas, é fundamental que persistam nossos atuais índices de pobreza e atraso industrial-tecnológico.

O bolsonarismo transformou a estagnação econômica em recessão, o PIB vem caindo mês a mês e já aponta para um crescimento negativo. A máquina pública está parada, a União não investe e cresce o endividamento das famílias e do governo, mandando às favas o tal de saneamento fiscal que tudo pretende justificar.

Da recessão caminhamos para a depressão, aumentando o fosso que nos separa de outras nações. A resposta do governo é desnacionalizar, vender os ativos de nossas empresas na bacia das almas, ameaçar o País com um ciclo irresponsável de privatizações que começa com a Eletrobras e não se deterá mesmo na Petrobras, já em processo de liquidificação com a irresponsável venda, a preço de banana, de seus ativos mais rentáveis.

Se não for detido, o bolsonarismo inviabilizará a atividade industrial-manufatureira ainda sobrevivente, embora em crise profunda. Por primarismo ideológico e carência cognitiva, colocam-se em risco as exportações de commodities, último setor positivo da balança comercial. Pari passu com a destruição da economia, o neoliberalismo arcaico investe na eliminação das conquistas dos trabalhadores, começando por demolir a Previdência pública, para melhor servir ao sistema financeiro e a uma “elite” suicida.

A crise da educação é um projeto político da elite, alertou Darcy Ribeiro, tragicamente premonitório

Destruído o presente, o bolsonarismo acena com a frustração do nosso futuro, pois essa é a consequência inevitável de suas políticas de educação, ciência e desenvolvimento tecnológico. A educação, sabem principalmente os países que se desenvolveram antes de nós, é o mais importante meio de assegurar a transição do atraso para o desenvolvimento. O investimento maciço e sistemático em ensino, pesquisa científica, tecnologia e inovação é o único meio de promover o progresso, quando o mundo se divide entre detentores de conhecimento e importadores de conhecimento.

O Brasil, que perdeu a marcha da História, que nunca chegou a ter um desenvolvimento industrial pleno, corre o risco de levar rasteira na revolução tecnológica que avança entre os desenvolvidos a passos largos. Seu alvo mais recente é o BNDES, principal agência de desenvolvimento, que descapitaliza para preparar sua extinção.

Nesse afã antinacional, o novo regime corta drasticamente os recursos destinados à

educação e à pesquisa, esvazia as agências de desenvolvimento, desmonta a Finep (voltada para a inovação tecnológica), esvazia o CNPq e a **Capes** (que fomenta o sistema de pós-graduação), corta bolsas de estudo e inicia um criminoso combate à universidade pública, aquela que investe na pesquisa, forma quadros e possibilita o acesso dos mais pobres ao conhecimento.

Um só dado para ilustrar o papel social desempenhado pela universidade pública: 64,7% dos alunos da Universidade Federal Fluminense são oriundos da escola pública, 50,8% são filhos de pais e mães que não tiveram acesso ao ensino superior, 51,2% são negros, 70,2% têm renda per capita menor que 1,5 salário mínimo.

A UFF não é um acaso, é a regra. Por isso, a universidade pública e gratuita tornou-se alvo da antipatia governamental, movida pela loucura ideológica e articulada mobilização de interesses econômicos. Grandes conglomerados, nutridos por fundos estrangeiros, estão ávidos pelos negócios milionários que a destruição do ensino público prenuncia. É uma batalha também cultural, mas sobretudo econômica.

Enquanto o governo que aí está investe contra o conhecimento, a Alemanha anuncia a aplicação de 14,6 bilhões de euros anuais em tecnologia. Em 2018, os EUA aplicaram 476,5 bilhões de dólares e a China, 370,6 bilhões de dólares em pesquisa e desenvolvimento. Os dois gigantes, juntos, somam 62% do investimento global. E não estão sós: o Japão investiu 170,5 bilhões e a Coreia do Sul, 73,2 bilhões de dólares.

E o Brasil?

Por aqui, Bolsonaro efetuou um corte geral no custeio das universidades federais da ordem de 40% ao mesmo tempo que impôs um corte de cerca de meio bilhão de reais no orçamento do Ministério das Comunicações, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Esses números explicam, ao mesmo tempo, tanto o desenvolvimento dos países líderes em ciência e tecnologia quanto o nosso atraso. Eis o outro lado desta moeda: enquanto nossa perspectiva de PIB para 2019 é algo em torno de 0,8% em face de 2018, a China teve um crescimento de 6,9% e a Índia, de 6,6%.

O mestre Darcy Ribeiro, sábio e patriota, foi tragicamente premonitório quando afirmou que “a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto da elite para o povo não estudar, porque, se o povo estudar, o povo não aceitará mais ser escravo”.

É exatamente essa “elite” atrasada que se faz representar pelo governo do capitão. Defender a educação e derrotar o governo, para salvar o País, é a tarefa que se coloca para as forças progressistas em todos os campos de luta. Um deles é o Parlamento, mas seu poder de fogo depende da organização popular. Na verdade, dela depende o futuro deste país.

topo ↕

O FLUMINENSE - RJ - CIDADES

Rio realiza intercâmbio com Canadá na Educação

Cinco professores da Secretaria de Estado de Educação representarão a Região Sudeste no “Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores da Educação Básica no Canadá”. Em todo o Brasil, foram selecionados 102 educadores, que farão uma imersão de oito semanas, com aulas de formação, por meio de acordo de cooperação

estabelecido entre a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Ministério da Educação (MEC), e o Colleges and Institutes Canada - CICan.

“Esse programa é conceituado e possibilita que os professores complementem sua formação profissional. Quando retornarem, poderão levar o conhecimento para os alunos, com abordagens novas e uma metodologia diferente”, informou o secretário de Estado de Educação, Pedro Fernandes.

topo ↕

A CRÍTICA - AM - PINGA-FOGO PINGA FOGO

A aplicação digital do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a partir de 2020, anunciada nesta semana pelo Ministério da Educação (MEC), traz à tona um antigo problema enfrentado pelas cidades do interior do Estado: o péssimo serviço de Internet.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - TODA SEMANA Disciplinas isoladas

A Santa Casa BH Ensino e Pesquisa abriu inscrições para o processo seletivo de disciplinas isoladas do programa de pós-graduação em ciências da saúde: medicina e biomedicina. Inscrições no www.santacasabh.org.br/ver/iep. Mais informações pelo (31) 3238-8186.

topo ↕

O ESTADO - MS - OPINIÃO Desafios da educação superior brasileira

A oferta de ensino superior no Brasil é relativamente nova se comparada com outros países da América Hispânica que criaram suas universidades ainda no século XVI, como são os casos de São Domingos (1538); Peru (1551) e México (1553). Como a coroa portuguesa não tinha interesse no desenvolvimento industrial e intelectual do Brasil porque se tratava de uma colônia de exploração de commodities, a oferta de ensino superior só chegou ao país em 1808, com a chegada da Família Real portuguesa.

Aos poucos foram surgindo cursos isolados em cidades importantes da época como Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e outras. Os cursos atendiam as áreas de Medicina, Direito, Engenharia, Agricultura, Formação Militar, Pintura e Escultura. Com a conquista da República, em 1889, houve um aumento considerável de instituições de ensino superior.

Nas primeiras décadas do século XX aconteceram fusões de faculdades isoladas permitindo, então, a criação das primeiras experiências de universidade no Brasil. A partir da década de 1930 surgiram as universidades como se conhece hoje - com ensino, pesquisa e extensão - como foi o caso da Universidade de São Paulo (USP) fundada em 1934.

Ao longo das décadas seguintes o ensino superior ganhou muita força no Brasil tanto o público como o privado. Foram criados os mestrados e doutorados e novas modalidades de cursos apareceram. O ensino superior chegou a quase todos os municípios do país. Nas menores cidades tem um polo de educação à distância ofertando uma imensa gama de cursos. Ao todo estão matriculados 8,3 milhões de alunos nessa etapa educacional. 75% deles em instituições privadas.

Dado do Censo da Educação Superior informa que o Brasil disponibilizou 10.779,086 vagas no ensino superior em 2017. Até 2014 registrava-se crescimento de matrículas, mas, nos últimos cinco anos, infelizmente, verifica-se uma queda acentuada no número de alunos que procuram essa etapa educacional. Quase a metade (49%) das vagas ofertadas pelo ensino superior em 2017 não foram preenchidas.

Como vamos disputar os mercados econômicos do mundo se parte muito expressiva da nossa juventude está fora do ensino superior? As nações que comandam a inovação e a pesquisa de ponta do mundo investiram maciçamente na educação do seu povo.

Colocaram os jovens nas universidades para aprenderem gestão e inovação tecnológica estratégia muito diferente da nossa.

É constrangedor sabermos que 82% dos nossos jovens entre 18 e 24 anos estão fora do ensino superior. Aliás, em função dessa realidade o Estado definiu que o Plano Nacional de Educação deveria, até 2024, elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta. Essa é mais uma meta que teremos imensa dificuldade de cumprir.

O quadro é difícil, entretanto, acredito ser possível colocarmos a expressiva maioria dos nossos jovens no ensino superior em pouco tempo. Essa é uma decisão política da nação. Para isso, precisamos ampliar o sistema de ensino por meio das tecnologias modernas de comunicação cuja expressão maior é a produção de conteúdo digital que deve ser usado à distância ou presencial.

O Brasil pode e deve ter educação inovadora alicerçada em pesquisa aplicada em todas as fases do ensino e aprendizagem. Eu sonho em ver as universidades brasileiras trabalhando com o conceito de metacognição e integradas por meio de plataformas digitais ao processo produtivo das comunidades, da indústria, dos serviços e do agronegócio.

topo ↕

CORREIO 24 HORAS - TEMPO REAL

Com R\$ 53 milhões bloqueados, Ufba é uma das 200 melhores universidades jovens do mundo

Mais uma vez, instituição também ficou entre as melhores da América Latina

Em meio à luta institucional, acadêmica e política enfrentada pela Universidade Federal da Bahia (Ufba), nas palavras do reitor João Carlos Salles, a instituição foi reconhecida como uma das 200 melhores jovens universidades do mundo, segundo ranking geral da revista britânica Times Higher Education (THE).

Na categoria Golden Ager, que faz parte do ranking The Young University 2019, a Ufba aparece na faixa que vai do 151º ao 200º colocado. Inicialmente, o CORREIO informou que a categoria era geral - incluía todas as instituições. No entanto, são consideradas universidades na era dourada (em tradução livre) aquelas que foram fundadas nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial (entre 1945 e 1967).

Entre as universidades brasileiras classificadas, a instituição baiana é considerada a quarta melhor do país nessa categoria, atrás apenas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que ocupa a 67ª posição, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), que estão na faixa entre o 101º e o 150º lugar.

O ranking inglês também coloca a Ufba, pelo segundo ano consecutivo, no grupo das melhores entre as latino-americanas, na 31ª posição. No ranking geral do THE, a instituição que garantiu a melhor colocação foi a Universidade da Califórnia (EUA), seguida da Universidade Nacional da Austrália e da Universidade Chinesa de Hong Kong.

Agora, com mais um reconhecimento internacional, defende o reitor, é hora de “chamar a responsabilidade” e mostrar à sociedade que mesmo com R\$ 53 milhões, em custeio e investimentos, bloqueados pelo Ministério da Educação (MEC) há três meses, a Ufba tem, agora, a missão de apresentar sua importância à sociedade por meio de seu maior ponto de destaque: as pesquisas.

"Uma instituição que atinge esse patamar, mesmo numa situação adversa, ocuparia espaços ainda maiores se tivesse maiores investimentos em seus laboratórios, manutenção. A Ufba vai, sim, continuar buscando seu potencial na pesquisa. Lutamos academicamente, institucionalmente e politicamente para que esse bloqueio seja revertido. São R\$ 48 milhões em custeio e cerca de 5 milhões em investimentos, compra de equipamentos e obras", disse.

O reitor falou ainda sobre a evolução da instituição, que realizará, entre 29 e 31 de outubro, o Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da Ufba. "Temos a responsabilidade de mostrar à sociedade que estamos fazendo nossa pesquisa. Ao final de outubro, teremos nosso 4º congresso, que vai ser maior do que do que os anteriores. São mais de 3,8 mil trabalhos, é um congresso muito grandioso", completou.

Maíra Kubik Mano, professora do Departamento de Estudos de Gênero e coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, comentou a classificação e lamentou o congelamento de verba sofrido pela universidade.

"Por nós, professores, a gente subiria nos rankings cada vez mais, mas não depende só da gente. Com o corte, estamos tendo menos infraestrutura. Isso significa ter menos dinheiro para trabalho de campo, limpeza e segurança, além de corte dos terceirizados. Todo o ambiente vai se deteriorando. Infelizmente, a gente tem um governo que não acredita no investimento. Nossa intenção é mostrar que a universidade segue viva, forte, desenvolvendo a pesquisa e o pensamento crítico. A gente segue lutando", disse ao CORREIO.

Demissões e economias

Sobre o possível início das demissões de trabalhadores terceirizados que prestam serviços à universidade, Salles esclareceu. "Não houve demissão. A empresa que se apressou lançando alguns avisos prévios. Uma redução de pessoal será necessária, mas estamos trabalhando para que ela seja mínima", disse.

A partir desta segunda-feira (8), a universidade passará a ter um horário reduzido e apenas funcionará das 7h30 às 13h30. Apesar da suspensão das aulas por conta do recesso, que inicia na próxima semana, as atividades de pesquisa e extensão da universidade não serão interrompidas e professores e alunos já começam a ver os impactos da medida.

Publicada em uma portaria pelo reitor João Carlos Salles, a alteração no horário de funcionamento deve ser mantida até o dia 2 de agosto, quando o recesso letivo será finalizado, mas a universidade admite que outros cortes realizados neste período podem ser mantido após o retorno das aulas por conta do bloqueio de verbas pelo Ministério da Educação.

Na portaria publicada pela universidade, o reitor explica que as despesas de energia elétrica e água somam R\$ 26 milhões anualmente e que o horário entre 18h e 21h têm um custo sete vezes maior do que em outros horários. Mesmo durante o dia, a recomendação da universidade é de que “a comunidade universitária racionalize ao máximo o uso de equipamentos de alto consumo, como, por exemplo, os de ar condicionado”. Para diminuir gastos com energia elétrica, o reitor já havia determinado no final do mês de maio que as luzes da universidade fossem desligadas a partir das 23h.

Serviços considerados essenciais pela universidade não serão interrompidos. Dentre eles estão os de segurança, a manutenção predial, os de informação e comunicação, além do restaurante universitário e o funcionamento do hospital universitário.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC amplia acompanhamento da frequência de estudantes do Bolsa Família

Estudantes beneficiados pelo Bolsa Família tiveram o maior registro de frequência desde 2007 para o período de abril e maio, de acordo com o Ministério da Educação (MEC). Nesses meses, o governo conseguiu acompanhar 89,81% dos alunos beneficiados. Em 2007, só 68,95% dos estudantes foram registrados.

O MEC monitora a frequência escolar dos alunos com idade entre 6 e 17 anos cujas famílias recebem o benefício do Bolsa Família do governo federal. Ao todo, 14.044.578 estudantes são contemplados pelo programa.

Para receber o pagamento, os estudantes de 6 a 15 anos devem comparecer a 85% das aulas no mês e os alunos de 16 e 17 anos, a pelo menos 75%. De acordo com a pasta, aproximadamente 84,7% do total ou 11,89 milhões de estudantes cumpriram esses critérios até o momento. Esses estudantes correspondem a 94,30% daqueles que estão sendo acompanhados.

“Mas isso, até agora, não atrapalha a família a receber o benefício, vai valer o cálculo anual”, explica o secretário de Modalidades Especiais de Educação do MEC, Bernardo Goytacazes. O estudante que faltou a mais aulas que poderia neste segundo bimestre ainda pode compensar nos próximos bimestres. A falta também pode ser justificada com atestado médico, por exemplo.

Além da frequência escolar, para assegurar a participação no programa os pais e responsáveis precisam, entre outras exigências, garantir que crianças e adolescentes recebam cuidados básicos de saúde, como a aplicação de vacinas.

O cálculo de frequência é feito por aproximação com as secretarias estaduais e municipais de Educação. O resultado do acompanhamento da frequência escolar é registrado no Sistema Presença, do MEC. Os dados são repassados ao Ministério da Cidadania, responsável pelo programa.

Os dados, segundo o MEC, funcionam como um raio-x da educação e auxiliam no trabalho de combate ao abandono e à evasão escolar. Eles também são essenciais para o direcionamento de diversas políticas públicas.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC amplia acompanhamento da frequência de estudantes do Bolsa Família

Estudantes beneficiados pelo Bolsa Família tiveram o maior registro de frequência desde 2007 para o período de abril e maio, de acordo com o Ministério da Educação (MEC). Nesses meses, o governo conseguiu acompanhar 89,81% dos alunos beneficiados. Em 2007, só 68,95% dos estudantes foram registrados.

O MEC monitora a frequência escolar dos alunos com idade entre 6 e 17 anos cujas famílias recebem o benefício do Bolsa Família do governo federal. Ao todo, 14.044.578 estudantes são contemplados pelo programa.

Para receber o pagamento, os estudantes de 6 a 15 anos devem comparecer a 85% das aulas no mês e os alunos de 16 e 17 anos, a pelo menos 75%. De acordo com a pasta, aproximadamente 84,7% do total ou 11,89 milhões de estudantes cumpriram esses critérios até o momento. Esses estudantes correspondem a 94,30% daqueles que estão sendo acompanhados.

"Mas isso, até agora, não atrapalha a família a receber o benefício, vai valer o cálculo anual", explica o secretário de Modalidades Especiais de Educação do MEC, Bernardo Goytacazes. O estudante que faltou a mais aulas que poderia neste segundo bimestre ainda pode compensar nos próximos bimestres. A falta também pode ser justificada com atestado médico, por exemplo.

Além da frequência escolar, para assegurar a participação no programa os pais e responsáveis precisam, entre outras exigências, garantir que crianças e adolescentes recebam cuidados básicos de saúde, como a aplicação de vacinas.

O cálculo de frequência é feito por aproximação com as secretarias estaduais e municipais de Educação. O resultado do acompanhamento da frequência escolar é registrado no Sistema Presença, do MEC. Os dados são repassados ao Ministério da Cidadania, responsável pelo programa.

Os dados, segundo o MEC, funcionam como um raio-x da educação e auxiliam no trabalho de combate ao abandono e à evasão escolar. Eles também são essenciais para o direcionamento de diversas políticas públicas.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Relator da LDO pode deixar com Executivo reajuste de servidores

Com a obrigação constitucional de ser votado antes do recesso parlamentar, que começa em 18 de julho, o relatório da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020 (PLN5/2019), deve incluir a permissão para que o Executivo autorize reajuste salarial para o funcionalismo público em 2020. A medida contraria o governo que, na proposta original, enviada ao Congresso em abril, prevê a possibilidade de aumento apenas aos militares.

Apesar disso, mesmo se confirmado no relatório final do deputado Cacá Leão (PP-BA), que deve ser finalizado neste fim de semana, e aprovado por deputados e senadores, essa autorização não torna o reajuste obrigatório, mas deixa para o Executivo um possível desgaste com servidores públicos.

Com 2.996 emendas apresentadas, a maioria delas (1.918) de redação, o prazo para essas sugestões de alteração no texto foi encerrado na quinta-feira (4) e Leão, que passa o fim de semana em Brasília, pretende cumprir o calendário estabelecido na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e apresentar o relatório até este domingo (7). Depois de votada na CMO, a proposta precisa ser analisada por deputados e senadores em sessão conjunta do Congresso Nacional, cuja data está na dependência da evolução das discussões da reforma da Previdência no plenário da Câmara.

Relatório preliminar

Ao apresentar o relatório preliminar, no final de junho, Cacá Leão defendeu, entre outros pontos, a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Previsto para ser extinto em 2020, o Fundo divide recursos da União entre estados e municípios. "É imperioso garantir a renovação dessa importante fonte de financiamento da educação básica. A sua extinção pode gerar um caos sem precedentes para a educação do país", ressaltou.

O texto em análise prevê ainda que o salário mínimo será reajustado para R\$ 1.040 em 2020, sem ganho acima da inflação. Na comparação com o valor atual do mínimo, R\$ 998, o aumento nominal será de 4,2%, mesma variação prevista para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Para os dois anos seguintes, a proposta sugere que a correção também siga apenas a variação do INPC.

Em relação à meta fiscal, o projeto da LDO prevê para 2020 um déficit primário de R\$ 124,1 bilhões para o governo central, que abrange as contas do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central. A meta para este ano é de um déficit de R\$ 139 bilhões.

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

UnB deixa de adotar o Sisu

Universidade de Brasília vai fazer edital próprio a partir do primeiro semestre de 2020. Apesar da mudança, a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) continua valendo para ingresso na instituição pública

A partir do primeiro semestre de 2020, a Universidade de Brasília (UnB) não vai aceitar o ingresso de estudantes pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Uma das justificativas é o fato de as datas do calendário acadêmico da instituição serem diferentes das fixadas pelo Ministério da Educação (MEC), o que acarretava em um prazo curto para os candidatos aprovados apresentarem toda documentação. Outro motivo tem relação com a baixa permanência dos universitários que ingressam pelo Sisu (20%, após o primeiro ano) se comparado a entrada de graduandos pelo vestibular e pelo Programa de Avaliação Seriada (PAS) —90% continuam.

Mas a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) vai continuar valendo para entrada na UnB. Só que, em vez de o candidato aplicar o resultado na plataforma do Sisu no site do MEC, e poder concorrer a qualquer instituição federal do país, ele precisará inscrever a nota em um edital próprio lançado pela universidade. Ela será critério classificatório para seleção.

Decano de Ensino de Graduação, o professor Sérgio Antônio Andrade de Freitas garantiu que será mantida a quantidade de vagas destinadas ao Sisu, 25%. Também permanecem as oportunidades por curso e a mesma distribuição de cotas. Ele refutou a ideia de que a decisão de retirada tenha sido uma decisão política. “A saída desse sistema é meramente técnica, até porque o ingresso pela nota do Enem continua e o exame é do Ministério da Educação. A universidade não toma decisões políticas”, comentou.

O docente também esclareceu que houve vezes em que teve de ser feita até a sétima chamada para seleção de candidatos pelo Sisu. “Acabava que o semestre estava iniciando e nós ainda estávamos convocando os candidatos, o que causava um grande prejuízo. Com a manutenção do Enem, o candidato ganha tempo para saber a nota da prova e a utilização dela por um edital interno da UnB”, explicou.

A mudança foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe). Um dos coordenadores do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Renato Lucas de Carvalho, 27 anos, participou da reunião. Segundo ele, o debate ocorreu de forma correta. “Desde que a mudança não se dê de forma abrupta, e desde que venha a trazer melhorias para o sistema, não temos que nos opor”, ressaltou.

Por meio de nota oficial, o MEC afirmou que “o processo de seleção dos estudantes para as vagas disponibilizadas por meio do Sisu é autônomo em relação aos exames e ou seleções realizadas no âmbito das instituições de ensino superior”. O ministério também disse entender “que o Sisu democratiza o ingresso nas instituições públicas e gratuitas de ensino superior e promove maior mobilidade acadêmica”.

“A saída desse sistema é meramente técnica, até porque o ingresso pela nota do Enem continua e o exame é do Ministério da Educação. A universidade não toma decisões políticas”

Sérgio Antônio Andrade de Freitas, decano de Ensino de Graduação

Universitários estão divididos

A decisão de retirar o Sisu do processo de seleção dividiu estudantes da UnB. Para Alícia Correia, 20 anos, aluna de pedagogia, a instituição tem tentado criar uma identidade própria, desvinculada ao MEC. “Eles estão copiando esse modelo da USP e da Unicamp. Querem se colocar como uma instituição no padrão das universidades federais.” O amigo Luiz Cella, 21, estudante do curso de design, acredita que o abandono ao Sisu restringe formas de acesso. “Como o sistema é aberto, todo mundo podia concorrer. Sendo um edital próprio da UnB, ficará mais direcionado e, de certa forma, dificulta a busca por outras universidades e o acesso.”

Walisson Samuel Pereira, 22, passou pelo Sisu em 2016 para cursar letras. O resultado saiu em uma segunda-feira e, dois dias depois, o morador de Ituiutaba (MG) tinha de apresentar toda a documentação na UnB. “Tive que juntar toda a documentação, autenticar em cartório e vir aqui apresentar. De fato, o prazo do calendário da UnB e do MEC é muito apertado”, contou o estudante que, depois, mudou o curso para ciência política.

Estudante de letras, Anna Laryssa Ferreira, 21, também ingressou na UnB pelo Sisu. Ela vê como negativo o fato de o candidato não poder mais acompanhar a classificação da nota do Enem pelo portal do MEC. “Antes, a gente podia ver a chance de ingresso em mais de uma universidade e era mais fácil ficar concentrado tudo em um mesmo lugar. Mas, com a mudança para o edital da UnB, vai dar mais tempo para a inscrição por causa da diferença entre os calendários.”

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Educação, crescimento e igualdade

O ensino superior precisa buscar financiamento próprio e gestão eficiente

Na coluna anterior argumentei que as reformas que impulsionarão o crescimento também reduzirão pobreza e desigualdade. A educação tem papel central, por seu impacto na produtividade e na igualdade de oportunidade.

Houve forte aumento das despesas com educação desde o início do século. A despesa não financeira do MEC na função educação mais que triplicou em termos reais, de R\$ 31 bilhões em 2004 para R\$ 111 bilhões em 2018 (em valores de 2018). Um aumento de 7,1% ao ano!

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-mendes/2019/07/educacao-crescimento-e-igualdade.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Governo de SP fará projeto-piloto com policial da reserva dentro de escola Programa também prevê medidas disciplinares para alunos envolvidos em violência e vandalismo

São Paulo

O governo de São Paulo, sob gestão de João Doria (PSDB), vai colocar policiais da reserva dentro de uma escola estadual, em um projeto-piloto que visa difundir a presença dos agentes na rede. Também vai propor um projeto de lei com medidas disciplinares para responsabilizar alunos envolvidos em casos de violência e de vandalismo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/governo-de-sp-fara-projeto-piloto-com-policial-da-reserva-dentro-de-escola.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Governo quer contrapartida social para liberar dinheiro do pré-sal a estados Plano prevê que os entes melhorem educação, reduzam mortalidade infantil e avancem em saneamento

Brasília

O Ministério da Economia planeja impor um conjunto de condições para repassar recursos do pré-sal a estados e municípios.

O plano em estudo prevê que os entes melhorem números da educação básica, reduzam

a mortalidade infantil, avancem no índice de saneamento e mudem regras do mercado de gás. Além disso, o governo quer aumentar a rigidez de tribunais de contas regionais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/governo-quer-contrapartida-social-para-liberar-dinheiro-do-pre-sal-a-estados.shtml>

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

UnB deixará de usar Sisu para selecionar estudantes em 2020

Universidade afirma que evasão entre alunos que ingressam pelo sistema é maior do que a média

BRASÍLIA

A Universidade de Brasília (UnB) informou ontem que não vai mais adotar o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para selecionar alunos de graduação. Os candidatos ainda vão poder utilizar a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), mas deverão se inscrever por meio de edital próprio da universidade e indicar o Enem como critério de classificação. O novo formato será implantado a partir de 2020.

Um dos motivos alegados para a mudança é o não preenchimento de todas as vagas do Sisu, sendo necessárias várias chamadas. Segundo a instituição, a evasão entre os estudantes que ingressam por meio do sistema é maior. Após o primeiro ano, a permanência de calouros do Programa de Avaliação Seriada (PAS) e do vestibular é de mais de 90%. No caso do Sisu, esse índice é até 20% mais baixo.

Outra justificativa é a incompatibilidade entre o calendário acadêmico da UnB e o do Ministério da Educação (MEC). A nota do Enem costuma sair em janeiro, e o resultado do Sisu, em fevereiro. O período para o ciclo de chamada e inscrição do aluno é considerado curto.

A mudança foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) em reunião na semana passada. Segundo o professor Sérgio de Freitas, que integra o conselho, o tema foi amplamente debatido e considerou análises recentes sobre o assunto.

— Foi uma decisão técnica. O Enem é uma excelente prova e vamos continuar usando em nossos processos de seleção. Foi um assunto discutido de forma ampla. Não houve critério político. O objetivo é melhorar o sistema — afirmou Freitas.

A UnB vai manter a mesma oferta quantitativa de vagas para quem se candidatar com a nota do Enem: 2.112 em 105 cursos (25%). A publicação do edital ainda não tem data prevista, mas deve ocorrer até o fim do ano para que o novo processo seletivo ocorra no próximo janeiro.

— A expectativa é dar mais tranquilidade ao processo, que os candidatos tenham mais tranquilidade para a escolha o curso de acordo com a orientação vocacional.

De acordo com a UnB, os custos serão praticamente os mesmos. O ingresso via Enem continuará gratuito. O MEC foi procurado e evitou comentar especificamente a decisão. Por meio de nota, esclareceu que o processo de seleção dos estudantes para as vagas

disponibilizadas por meio do Sisu é autônomo em relação aos exames e ou seleções realizadas pelas instituições.

topo ↕

ISTOÉ - SP - BRASIL CONFIDENCIAL

Dez profissionais....

* Dez profissionais do MEC trabalham na revisão do material didático para as escolas públicas visando 2020. A ordem do ministro Abraham Weintraub é que sejam retiradas todas as referências à ideologia de gênero.

topo ↕

A TARDE - BA - BRASIL

Universidade de Brasília deixará de usar o Sisu a partir de 2020

A Universidade de Brasília (UnB) deixará de adotar o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) a partir de 2020. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no entanto, não deixará de ser usado pela instituição. A diferença é que, agora, os estudantes que quiserem concorrer a uma vaga na universidade deverão se inscrever em edital próprio da UnB e indicar o Enem como critério classificatório. De acordo com a UnB, a nova seleção manterá o mesmo quantitativo de vagas que eram destinadas ao Sisu e será usada já no primeiro semestre do ano que vem. A inscrição para esse processo será gratuita, uma vez que o estudante já pagou para fazer a prova do Enem. A publicação do edital ainda não tem data prevista.

A mudança foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) em reunião realizada no dia 27 de junho. A UnB passou a adotar o Sisu em 2014 ofertando pelo sistema metade das vagas do processo seletivo do primeiro semestre, o que equivale a 25% do total de vagas ofertadas no ano pela universidade. O Sisu é um programa do Ministério da Educação (MEC), que centraliza, duas vezes por ano, a oferta de vagas em instituições públicas de ensino superior. Para participar, o estudante precisa ter feito o Enem e não ter zerado a redação. Cada candidato pode escolher até duas opções de curso, que podem ser alteradas até o final do período de inscrição. Uma vez por dia, o sistema calcula a nota de corte com base nas inscrições feitas até então. De acordo com nota divulgada pela UnB, há incompatibilidade entre o calendário acadêmico da universidade e o que é estabelecido pelo MEC. Segundo a instituição, o registro precisava ser feito em um prazo curtíssimo, o que sobrecarregava as áreas técnicas e entrava em conflito com outros processos seletivos da universidade.

Maior evasão

Outro problema é o não preenchimento de todas as vagas oferecidas pelo Sisu, sendo necessárias várias chamadas, o que prejudica o início do semestre letivo. Além disso, de acordo com a UnB, a evasão entre os estudantes que ingressam via Sisu é maior. Após o primeiro ano na universidade, a permanência de calouros que ingressaram por outros processos seletivos é de mais de 90%. No caso do Sisu, esse índice é até 20% mais baixo.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BAHIA

Com R\$ 53 milhões bloqueados, Ufba é uma das 200 melhores universidades do mundo

Instituição também é considerada a quarta mais bem colocada do Brasil

Em meio à luta institucional, acadêmica e política enfrentada pela Universidade Federal da Bahia (Ufba), nas palavras do reitor João Carlos Salles, a instituição foi reconhecida como uma das 200 melhores do mundo, segundo ranking geral da revista britânica

Times Higher Education (THE).

Na classificação, considerada a mais conceituada do mundo, a Ufba aparece na faixa que vai do 151º ao 200º colocado. Entre todas as universidades brasileiras classificadas, a instituição baiana é considerada a quarta melhor do país, atrás apenas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que ocupa a 67ª posição, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), que estão na faixa entre o 101º e o 150º lugar.

O ranking inglês também coloca a universidade, pelo segundo ano consecutivo, no grupo das melhores entre as latino-americanas, na 31ª posição. No ranking geral do THE, a instituição que garantiu a melhor colocação foi a Universidade da Califórnia (EUA), seguida da Universidade Nacional da Austrália e da Universidade Chinesa de Hong Kong.

Agora, com mais um reconhecimento internacional, defende o reitor, é hora de “chamar a responsabilidade” e mostrar à sociedade que mesmo com R\$ 53 milhões, em custeio e investimentos, bloqueados pelo Ministério da Educação (MEC) há três meses, a Ufba tem, agora, a missão de apresentar sua importância à sociedade por meio de seu maior ponto de destaque: as pesquisas.

"Uma instituição que atinge esse patamar, mesmo numa situação adversa, ocuparia espaços ainda maiores se tivesse maiores investimentos em seus laboratórios, manutenção. A Ufba vai, sim, continuar buscando seu potencial na pesquisa. Lutamos academicamente, institucionalmente e politicamente para que esse bloqueio seja revertido. São R\$ 48 milhões em custeio e cerca de 5 milhões em investimentos, compra de equipamentos e obras", disse.

O reitor falou ainda sobre a evolução da instituição, que realizará, entre 29 e 31 de outubro, o Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da Ufba. "Temos a responsabilidade de mostrar à sociedade que estamos fazendo nossa pesquisa. Ao final de outubro, teremos nosso 4º congresso, que vai ser maior do que os anteriores. São mais de 3,8 mil trabalhos, é um congresso muito grandioso", completou.

Maíra Kubik Mano, professora do Departamento de Estudos de Gênero e coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, comentou a classificação e lamentou o congelamento de verba sofrido pela universidade.

"Por nós, professores, a gente subiria nos rankings cada vez mais, mas não depende só da gente. Com o corte, estamos tendo menos infraestrutura. Isso significa ter menos dinheiro para trabalho de campo, limpeza e segurança, além de corte dos terceirizados. Todo o ambiente vai se deteriorando. Infelizmente, a gente tem um governo que não acredita no investimento. Nossa intenção é mostrar que a universidade segue viva, forte, desenvolvendo a pesquisa e o pensamento crítico. A gente segue lutando", disse ao CORREIO.

Demissões e economias

Sobre o possível início das demissões de trabalhadores terceirizados que prestam serviços à universidade, Salles esclareceu. "Não houve demissão. A empresa que se apressou lançando alguns avisos prévios. Uma redução de pessoal será necessária, mas

estamos trabalhando para que ela seja mínima", disse.

A partir desta segunda-feira (8), a universidade passará a ter um horário reduzido e apenas funcionará das 7h30 às 13h30. Apesar da suspensão das aulas por conta do recesso, que inicia na próxima semana, as atividades de pesquisa e extensão da universidade não serão interrompidos e professores e alunos já começam a ver os impactos da medida.

Publicada em uma portaria pelo reitor João Carlos Salles, a alteração no horário de funcionamento deve ser mantida até o dia 2 de agosto, quando o recesso letivo será finalizado, mas a universidade admite que outros cortes realizados neste período podem ser mantido após o retorno das aulas por conta do bloqueio de verbas pelo Ministério da Educação.

Na portaria publicada pela universidade, o reitor explica que as despesas de energia elétrica e água somam R\$ 26 milhões anualmente e que o horário entre 18h e 21h têm um custo sete vezes maior do que em outros horários. Mesmo durante o dia, a recomendação da universidade é de que "a comunidade universitária racionalize ao máximo o uso de equipamentos de alto consumo, como, por exemplo, os de ar condicionado". Para diminuir gastos com energia elétrica, o reitor já havia determinado no final do mês de maio que as luzes da universidade fossem desligadas a partir das 23h.

Serviços considerados essenciais pela universidade não serão interrompidos. Dentre eles estão os de segurança, a manutenção predial, os de informação e comunicação, além do restaurante universitário e o funcionamento do hospital universitário.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

ufpe definirá lista tríplice

Com candidaturas deferidas, Conselho Universitário votará nos concorrentes a reitor e vice que terão seus nomes enviados ao MEC

A Comissão Eleitoral de Organização da Lista Tríplice, formada para o processo de eleição dos cargos de reitor e vice-reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), deferiu na sexta-feira as candidaturas inscritas para concorrer às funções máximas administrativas da UFPE. No próximo dia 11, às 14h, o Conselho Universitário (Consuni) irá se reunir para votar e formalizar a lista tríplice dos candidatos à Reitoria. Neste dia, o Consuni definirá as listas tríplices e as enviará ao Ministério da Educação (MEC) para nomeação dos novos reitor e vice-reitor para o quadriênio 2019-2023.

Os candidatos a reitor são Alfredo Macedo Gomes (Centro de Educação – CE), Sérgio Paulino Abranches (Centro de Educação – CE) e Ricardo Pinto de Medeiros (Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH). Já os candidatos a vice-reitor são Moacyr Cunha de Araújo Filho (Centro de Tecnologia e Geociências – CTG), Ricardo Oliveira da Silva (Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN) e Ana Lúcia Félix dos Santos (Centro de Educação – CE). Alfredo Gomes foi o primeiro lugar da consulta pública realizada no fim do último mês de maio.

A escolha dos que serão o reitor e o vice-reitor de uma universidade federal, no Brasil, é um processo longo cujos critérios são estabelecidos por normas técnicas editadas pelo

Ministério da Educação (MEC). Acontece basicamente em duas etapas. Na primeira delas, mas não obrigatória, é realizada uma consulta pública em que participam alunos, professores e servidores de todas as unidades da instituição federal. No caso da UFPE, são três campi.

“A consulta acadêmica não é uma fase obrigatória, segundo a regulamentação federal do MEC (Decreto nº 1.916/1996). Mas o Estatuto da UFPE obriga a realização desta etapa. Este ano, tivemos cinco chapas na consulta. No primeiro turno da consulta, nenhuma chapa conseguiu 50% dos votos. Foi feito um segundo turno e o primeiro lugar foi o professor Alfredo Gomes”, explica o presidente da Comissão Eleitoral de Organização da Lista Tríplice, Francisco de Barros. Após a consulta acadêmica, o Conselho Universitário homologa o resultado e deflagra o procedimento de eleição propriamente dito, etapa obrigatória em todas as instituições federais para as escolhas do reitor e vice-reitor.

“É importante entender que cada etapa é independente. Ou seja, existe um processo de inscrição para a consulta e existe outro processo de inscrição para a eleição”, detalha Francisco. Para cada etapa, existe uma comissão eleitoral específica e não há limitação de candidatos para nenhuma das etapas.

Como exemplo, o primeiro lugar da consulta pública, professor Alfredo Gomes, se candidatou novamente à eleição. Já o segundo e terceiro lugares da consulta pública, os professores Jeronymo Libonati e Florisbela Campos, optaram por não se candidatar à eleição este ano. A legislação do MEC também permite que professores que não participaram da consulta acadêmica possam se candidatar aos cargos durante a etapa de eleição. Foi o caso dos professores Sérgio Paulino Abranches (Centro de Educação – CE) e Ricardo Pinto de Medeiros (Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH), que não participaram da consulta.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - VIDA URBANA

Etapa decisiva envolve 6 professores

UFPE prevê consulta no seu estatuto, embora não seja obrigatória

O processo de escolha dos novos reitores de instituições federais é complexo e decisivo. Para o presidente da Comissão Eleitoral de Organização da Lista Tríplice, Francisco de Barros, por este motivo é necessário que os procedimentos sejam claros e transparentes para toda a comunidade acadêmica. Na etapa da eleição, cujo período de inscrição se encerrou na quinta-feira, apenas seis professores se candidataram, sendo três para o cargo de reitor e três para o cargo de vice. Ao se submeter à inscrição, é o professor que escolhe o cargo para o qual vai concorrer. “Com as candidaturas deferidas na sexta, o Conselho Universitário se reunirá agora para votar nos nomes para formar a lista tríplice. Nós só tivemos três nomes em cada lista (de reitor e vice), mas poderiam ter dezenas de nomes. É possível que algum dos candidatos não seja votado pelo conselho. Neste caso, o Consuni tem autonomia legal para escolher um outro professor que atenda os requisitos e não tenham se candidatado”, explica Francisco. Definidas as listas tríplices, a de reitor é enviada ao MEC, que tem como função nomear o novo gestor e verificar se todo o procedimento foi realizado corretamente e dentro da lei. “Quem escolhe efetivamente as listas tríplices é o Conselho Universitário”, reforça o presidente da comissão. O MEC nomeia o novo reitor e este nomeia o novo vice-reitor. Embora apenas seis nomes tenham se candidatado à eleição para o quadriênio 2019-2023, todos os professores que preenchessem os requisitos poderiam se submeter ao processo. Entre

as comprovações necessárias, está ser professor em tempo integral ou ter dedicação exclusiva, ter experiência de dois anos de gestão dentro da universidade, estar nos últimos níveis da carreira ou possuir doutorado, apresentar o currículo acadêmico e o plano de trabalho proposto para a gestão.

topo ↕

HORA DO POVO - TEMPO REAL

Flávia Calé : Por que marcham os cientistas brasileiros?

“Quando se corta uma bolsa e se interrompe um projeto de pesquisa, ao se perder um jovem talento obrigado a sair do país para continuar sua pesquisa, o dano não é conjuntural – é um prejuízo que impactará o país por décadas”.

O Brasil foi o último país latino-americano a ter universidade. Os primeiros cursos superiores por aqui datam da vinda da família real, no início do século 19. A primeira universidade, compreendida como instituição pluridisciplinar, é a UFRJ, de 1920. Também retardou a constituição de um plano estruturado para formação de mestres e doutores que pudessem produzir conhecimento científico, além de formar e qualificar as novas gerações – nosso primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação é de 1975.

É uma conquista notável que, em relativamente pouco tempo, o país tenha construído uma importante rede pública de universidades federais, muitas delas referências na produção científica, secundada por diversas instituições de ensino superior estaduais, que também têm destacado papel nas realidades locais. Completam o sistema as instituições de fomento que, a partir da **Capes**, do CNPq e a da rede Fundações de Amparo estaduais, são responsáveis pelo grosso do financiamento à pesquisa e à produção científica no país.

Esse conjunto é um patrimônio de valor inestimável para os brasileiros. Os profissionais ligados a essas instituições estão presentes na descoberta de uma vacina ou fármaco capaz de curar moléstias e salvar vidas; quando se desenvolve uma nova técnica ou se fabrica um defensivo agrícola que aumenta a produtividade do agronegócio; na realização de um novo estudo sobre a formação econômica e social da nação.

Esse edifício do saber, construído durante décadas e a muitas mãos, corre o risco de ruir. Seus alicerces estão sendo minados por uma política irresponsável que, por um lado, corta drasticamente o financiamento e, por outro, asfixia a democracia e a autonomia universitária. Não foi força de expressão quando Bolsonaro disse que sua missão não é construir, mas desconstruir.

O que são os R\$ 300 milhões retirados da **Capes**, que se viu forçada a cortar milhares bolsas de estudo, para um país que arrecadou em impostos e contribuições R\$ 1,45 trilhão em 2018? Há outros lugares para cortar: dados do TCU apontam que no ano passado foram gastos R\$ 279,6 bilhões com juros e encargos da dívida. Vejam: o número depois da vírgula é o dobro do que se pretende “economizar” com o fim das bolsas.

Quando se corta uma bolsa e se interrompe um projeto de pesquisa, ao se perder um jovem talento obrigado a sair do país para continuar sua pesquisa, o dano não é conjuntural – é um prejuízo que impactará o país por décadas. Um verdadeiro crime de lesa-pátria!

A reação dos estudantes e pesquisadores a um governo que elegeu a educação e a ciência como inimigas foi assertiva: as históricas mobilizações realizadas nos dias 15 e 30 de maio. Não sairemos das ruas. Começam a ser organizadas em todo o país as Marchas Pela Ciência. Em São Paulo, o evento será no domingo, dia 7 de julho, no Masp, e contará com uma feira científica pela manhã, sendo concluído com a Caminhada Contra o Obscurantismo, à tarde.

A Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) chega aos 33 anos neste mês de julho. Nascemos no frescor dos ventos que dissiparam a névoa da ditadura, sabemos bem o valor da democracia e de tudo que ela nos proporcionou conquistar. É em sua defesa que marchamos.

Flávia Calé é mestrandia em História Econômica na Universidade de São Paulo e presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)

Matéria reproduzida do Portal Vermelho

topo ↕

O DOCUMENTO - MT - TEMPO REAL

Exposição celebra os 50 anos da Livraria do Senado

A Livraria do Senado está completando 50 anos de existência. Para comemorar, organizou uma exposição na Biblioteca da Casa, aberta ao público e que pode ser visitada até o dia 25 de julho. A mostra apresenta os primeiros documentos impressos pela Gráfica do Senado e os mais recentes, produzidos em equipamentos digitais.

O coordenador do Serviço de Multimídia da Gráfica (Semid), Thomas Gonçalves, explica que exposição vai apresentar um pouco da história das publicações do Senado, que divulgam conhecimento e os direitos dos cidadãos.

— Num momento em que encontramos livrarias em todo o Brasil sendo fechadas, a Livraria do Senado completa 50 anos. Uma dessas razões é o fato de que nós não visamos ao lucro, vendemos obras a preço de custo com frete grátis. A maior parte de nossas obras está disponível em formato digital gratuito — disse Thomas.

Primórdios

A primeira vitrine da mostra traz as primeiras edições da Revista de Informação Legislativa (RIL), de 1964, publicação do Senado para divulgação de artigos inéditos, predominantemente nas áreas de direito, ciência política e relações internacionais. A revista, considerada periódico científico, recebeu da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** a classificação A2 na área do direito, a segunda maior nota possível.

Em outra vitrine está exposta a primeira publicação do Senado Federal: os anais de 1926, impressos pela Tipografia Nacional, antecessora da Imprensa Nacional. Na mesma vitrine, estão os anais e os diários do Senado Federal de 1968, os primeiros impressos pela Gráfica da Casa.

Saltando para os dias atuais, outra vitrine destaca a evolução da Revista de Informação Legislativa e a Constituição em Miúdos, versão do texto constitucional em linguagem acessível a estudantes do ensino fundamental. Há também um exemplar de A gênese do texto da Constituição de 1988, de João Alberto de Oliveira Lima, Edilenice Passos e

João Rafael Nicola, finalistas do Prêmio Jabuti 2014 na categoria Direito. Nessa mesma vitrine estão obras em braile impressas pela Gráfica do Senado, a única gráfica pública da América Latina que publica em braile.

Outra vitrine mostra livros editados pelo Conselho Editorial do Senado, criado em 1990 para publicação de obras sobre o país, inéditas ou fora de catálogo das editoras comerciais. E um painel apresenta dados sobre a média anual de livros lidos pelo brasileiro, o número de pessoas que nunca compraram livro e quantos não leem. Vídeo com servidores, inclusive com alguns já aposentados, relatam o trabalho da Livraria nos últimos 50 anos.

Recordes

O visitante poderá ver também uma linha do tempo sobre a história da Livraria, iniciada em 1969. De acordo com Thomas Gonçalves, nos últimos 10 anos a Livraria vem crescendo e batendo recordes, tanto em relação a vendas quanto a downloads e acessos ao site. Um dos marcos é o número de downloads da Constituição em formato eletrônico PDF: mais de 1,2 milhão.

— Neste ano, em apenas quatro meses, acumulamos 1 milhão de acessos ao nosso site, tornando o serviço mais acessado no portal do Senado. O primeiro semestre foi aquele em que mais vendemos, superando os 50 mil exemplares.

O chefe do Serviço de Multimídia destaca ainda as vendas na Bienal do Livro do Rio de Janeiro de 2017, que foram recordes. Com a participação em feiras de livros, a Livraria pretende chegar mais perto das populações regionais e não ficar restrito ao das capitais, especialmente Brasília.

— Estamos crescendo, e a ideia é continuar ampliando nosso trabalho e dando oportunidade para a população ter acesso a esses livros. Agora é celebrar nossa história e trabalhar pelos próximos 50 anos — disse Thomas Gonçalves.

topo 

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Educação, crescimento e igualdade

O ensino superior precisa buscar financiamento próprio e gestão eficiente

Na coluna anterior argumentei que as reformas que impulsionarão o crescimento também reduzirão pobreza e desigualdade. A educação tem papel central, por seu impacto na produtividade e na igualdade de oportunidade.

Houve forte aumento das despesas com educação desde o início do século. A despesa não financeira do MEC na função educação mais que triplicou em termos reais, de R\$ 31 bilhões em 2004 para R\$ 111 bilhões em 2018 (em valores de 2018). Um aumento de 7,1% ao ano!

Some-se a isso o subsídio nos financiamentos do Fies, que chegou a R\$ 11,4 bilhões em 2016.

No ensino básico, entre o Fundef em 2000 e o Fundeb em 2018, a despesa por aluno cresceu 129% em termos reais, passando de R\$ 1.700 para R\$ 3.900 (sempre em valores de 2018).

A despeito do aumento dos gastos, os indicadores do Ideb estão estagnados desde 2005, à exceção do 5º ano do fundamental. A despesa do Brasil por aluno (em dólares, considerando a paridade de poder de compra) é maior que a de Chile, México e Turquia. Mas nossos resultados no exame Pisa são bem inferiores aos desses países. Indonésia e Colômbia têm notas similares às nossas, gastando menos.

O dinheiro não está sendo bem aplicado. Precisamos mudar o foco, que hoje está em aumentar insumos (mais dinheiro) para o resultado (melhorar o processo educacional, dadas as verbas existentes).

O espaço para melhorar é enorme. A começar por rever a prioridade que foi dada ao ensino superior. Estudo do Banco Mundial (“Um Ajuste Justo”, 2017) mostra que, nas universidades públicas, é possível obter os mesmos resultados atuais com a metade dos gastos.

Esse modelo ineficiente, em vez de reformado, foi fortemente ampliado. Entre 2003 e 2009, foram criadas 13 novas universidades. Dez escolas técnicas foram convertidas em 36 institutos federais, que passaram a também ofertar curso superior. O número de servidores públicos em universidades e institutos federais mais que duplicou: um aumento de 163 mil pessoas!

Não é sustentável. O ensino superior precisa buscar financiamento próprio e gestão eficiente. A prioridade deve se transferir para o ensino básico. Neste também há espaço para melhorar. O já citado estudo do Banco Mundial indica que na rede municipal, com a mesma despesa, os resultados podem melhorar 40% no ensino fundamental e 18% no médio.

Os especialistas já conhecem a agenda: qualificação e incentivos ao bom desempenho de professores, material didático padronizado e currículo mais atraente no ensino médio, entre outros.

Tendo em vista que o ensino básico é descentralizado para estados e municípios, a questão é como incentivá-los a implementar as melhores práticas.

O momento é propício. O Congresso está discutindo o novo Fundeb e um novo pacto federativo. Se as transferências para os estados e municípios passarem a incorporar um prêmio por melhoria de desempenho na educação, as boas experiências que já existem espalhadas pelo país serão copiadas e ampliadas.

A demografia também está favorável. O número de alunos está diminuindo, o que reduz custos. Grande contingente de professores mal formados está prestes a se aposentar, podendo ser substituído por nova geração treinada em novas bases e remunerada por desempenho.

Mas, se os sindicatos insistirem que “meritocracia é palavrão”. Se a preferência for apenas por mais dinheiro, sem melhor gestão. Se a sociedade continuar a achar normal que o filho do patrão estude de graça na universidade pública, enquanto o filho da sua empregada doméstica se endivida no Fies... Aí será difícil.

Marcos Mendes

Doutor em economia. Autor de "Por que o Brasil Cresce Pouco?"

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Mais de 52% da população no Amazonas finalizou a Educação Básica obrigatória, aponta IBGE

Estado alcançou média na proporção de pessoas de 25 anos ou mais que finalizaram a educação básica obrigatória em 2018.

Por G1 AM

Mais da metade da população no Amazonas finalizou a Educação Básica obrigatória no ano de 2018. De acordo com levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado alcançou 52,2% mantendo uma trajetória de crescimento quando comparada aos três anos anteriores - conquistando a sexta posição nacional entre os estados com melhor desempenho na categoria. O índice superou a média nacional que foi de 47,4%, em 2018.

De acordo com o IBGE, a quantidade de pessoas de 25 anos de idade ou mais que finalizaram a educação básica obrigatória - ou seja, que concluíram no mínimo, o ensino médio - despontou nos últimos três anos. Os índices apresentados no Estado superaram a média de crescimento brasileira por três anos consecutivos.

Em 2016, o Amazonas alcançou a média de 48,6%, seguido de 51,1% em 2017. No ano de 2018 foram 52,2%. No âmbito nacional, a média alcançada foi de 45,1% em 2016 e 46,2% em 2017. Já no ano de 2018 foi 47,4%.

Estados brasileiros com melhor posição na quantidade de pessoas que concluíram a educação básica (2018)

Colocação Estado Quantidade

1ª Distrito Federal 66,0%

2ª Rio de Janeiro 57,3%

3ª São Paulo 57,2%

4ª Roraima 55,4%

5ª Amapá 53,1%

6ª Amazonas 52,1%

Fonte: IBGE

O Amazonas conquistou a sexta posição nacional na quantidade de pessoas - de 25 anos de idade ou mais - que concluíram a educação básica. Os estados brasileiros que mais se destacaram foi o Distrito Federal com 66,0% e Rio de Janeiro 57,3%.

Quando observada somente a região Norte, o Amazonas ocupa a terceira posição. Os estados que mantiveram os maiores crescimentos foram Roraima com 55,4% e o Amapá com 53,1%. Já na capital, Manaus, a quantidade sobe para 64,6% em 2018. Em 2016, era 62%.

Pessoas que concluíram a educação básica obrigatória na Região Norte (2018)

Posição Estado Quantidade

1ª Roraima 55,4%
2ª Amapá 53,1%
3ª Amazonas 52,1%
4ª Tocantins 43,9%
5ª Acre 41,2%
6ª Pará 39,6%
7ª Rondônia 38,1%
Fonte: IBGE

Superior completo

De acordo com a pesquisa, o Amazonas também apresentou crescimento na quantidade de pessoas que alcançaram o ensino superior completo. Em 2018, a média foi de 14,8%. No ano anterior (2017) foi de 13,9% e em 2016 de 13%. A média brasileira é de 16,5% em 2018.

Médio e Fundamental

O Amazonas superou a média nacional quanto a quantidade de pessoas que completaram o nível médio em 2018. No Estado a quantidade foi de 32,8% e no restante do país 26,9%.

Em 2017, o índice no Amazonas foi de 32,5% e em 2016 de 31,5%.

Quanto a porcentagem de pessoas com o nível fundamental completo foi de 6,0% no Amazonas em 2018. A média mais baixa dos últimos três anos. Em 2017 foi de 6,7% e em 2016 de 7,7%.

Em 2018, a média do Brasil chegou a 8,1%.

[topo](#)

METRÓPOLES - TEMPO REAL

**Gestão Bolsonaro nomeia 31.920 servidores nos 5 primeiros meses do ano
Presidente tem maior média diária de contratações de concursados dos últimos 24
anos. Foram chamados 211 por dia entre janeiro e maio**

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) e sua equipe têm se empenhado em reforçar o discurso de que não há recursos para a contratação de servidores e apresentado medidas para aproveitamento de profissionais a fim de evitar novos concursos. Entretanto, o número de nomeações de concursados por dia neste início de mandato é um recorde. Nos cinco primeiros meses de governo, foram providas 31.920 vagas entre efetivos e temporários que passaram por processos seletivos.

De acordo com o levantamento feito com exclusividade pela coluna Vaga Garantida, o quantitativo é o maior para o período, desde que a série histórica começou a ser divulgada, em 1995, no Painel Estatístico de Pessoal do Ministério da Economia. Por dia, nos primeiros 151 dias de governo, foram 211 contratações, garantindo a primeira colocação a Bolsonaro. Por outro lado, em média, 20 servidores tiveram suas aposentadorias concedidas diariamente, totalizando 3.141 desligamentos até maio – último mês com dados disponíveis para consulta.

A segunda e a terceira posições nesse ranking dos cinco primeiros meses de mandato são ocupadas pela ex-presidente Dilma Rousseff. Ela reforçou o início do seu segundo mandato, em 2015, com 207 profissionais por dia. Quatro anos antes, havia nomeado a

média de 150. A petista está na frente do ex-presidente Lula, que admitiu 109 e 93 pessoas, diariamente, entre janeiro e maio de 2007 e de 2003, respectivamente.

Ainda fazem parte da lista, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que esteve à frente do Palácio do Planalto de 1995 a 2002 e proveu 106 postos por dia no primeiro mandato (6º lugar), e 50 no segundo governo (8º lugar); e Michel Temer, com 82 novos servidores a cada dia (7º lugar).

Saúde e Educação no topo

As maiores concentrações de pessoal de Bolsonaro estão nos ministérios da Saúde e da Educação. Só o programa Mais Médicos garantiu a convocação de 10.142 profissionais em março, enquanto outros 1.247 foram destinados a outras funções.

O número ainda pode aumentar na pasta do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, com a exigência da Justiça de nomear 807 aprovados na seleção realizada em 2009. A decisão foi publicada no início do ano passado, determinando o prazo de seis meses para seu cumprimento. A multa estipulada supera os R\$ 5 milhões, tendo em vista que o prazo final terminou em 31 de dezembro de 2018 e nenhum movimento foi realizado, segundo a comissão de aprovados.

Outra determinação da ação movida pelo Ministério Público e acatada pelo juiz Maurício Magalhães Lamha, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, foi a fixação do prazo de apresentação do cronograma para um novo concurso, com 1.338 vagas, até 3 de dezembro, o que também não ocorreu. O descumprimento previa o pagamento de R\$ 2 milhões em multa. Apenas de janeiro a maio, 719 pessoas se aposentaram no Ministério da Saúde.

Os centros federais de ensino preencheram 100 postos. Os institutos federais tiveram reforço de 2.948 funcionários. As universidades federais e suas fundações contabilizaram 12.548 nomeações em todo o país. Para completar a conta do MEC, foram destinadas 149 vagas ao Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e 285 vagas a hospitais universitários.

Aliás, nos últimos cinco meses, quando a suspensão de concursos passou a ser pauta constante no discurso do governo sobre corte de gastos, as universidades, os centros federais de ensino e os institutos federais de ensino foram os únicos que preservaram o calendário de seleções e nomeações. Situação que se manteve apesar do anúncio polêmico de congelamento de gastos na ordem de R\$ 1,7 bilhão nas instituições, que não atingiu os salários de professores e técnicos administrativos.

IBGE e Meio Ambiente

O início dos trabalhos para o Censo 2020 no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chamou 2.316 concursados. O volume vai aumentar consideravelmente nos próximos meses, com a iminência da seleção para 400 vagas efetivas e 234 mil temporárias. Parte desse efetivo será incorporado no orçamento até dezembro e o restante em 2010.

Os órgãos do Meio Ambiente também foram contemplados, apesar do grande déficit existente. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

preencheram 178 e 224 cargos, respectivamente.

O próprio Ministério da Economia incorporou mais recurso humano com 352 nomeações, quantia que mal repõe as 326 aposentadorias no mesmo período. A pasta da Cidadania recebeu 299 concursados, na Agricultura foram 323 profissionais e na Justiça, 122. E no Ministério das Relações Exteriores, apenas os 26 diplomatas da turma formada em maio.

topo ↕

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

Eu me desvinculei e não quero nem saber, diz ex-ministro Vélez Rodríguez sobre Educação

Em entrevista, Vélez diz que não está interessado no que acontece na educação do país desde que foi retirado da pasta

Com quase 600 mil habitantes, a cidade de Londrina, no Paraná, se tornou um polo do conservadorismo educacional no Brasil. Vive lá o primeiro gestor do Ministério da Educação (MEC) do governo de Jair Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez. Também na cidade paranaense, Carlos Nadalim, atual secretário de Alfabetização do MEC, coordenou a escola "Mundo do Balão Mágico", onde adquiriu sua experiência com o método fônico, carro-chefe da política de letramento do ministério em oposição à pedagogia de Paulo Freire, conhecida internacionalmente. Depois de exportar nomes para compor a pasta nos últimos meses, Londrina foi uma das primeiras cidades a sediar, na última quinta-feira, uma reunião do grupo Docentes pela Liberdade (DPL), organização de professores conservadores de universidades públicas e privadas. Vélez, porém, não foi convidado.

O ex-ministro, que protagonizou uma das primeiras crises do novo governo, está fora dos holofotes desde que foi demitido do cargo, em abril — e, ao que parece, pretende continuar assim. A reportagem entrou em contato com Vélez para saber se o docente, um dos expoentes do conservadorismo no início do mandato de Bolsonaro, já participou de alguma atividade do DPL, mas, além de estar de fora do movimento, o ex-gestor não está interessado no que acontece na educação do país desde que foi retirado da pasta.

"Estou descansando, com o tempo (talvez). Agora, não", disse, ao ser questionado se pretende voltar a trabalhar com educação, emendando sobre suas impressões a respeito do que tem ocorrido na pasta: " Eu me desvinculei e não quero nem saber. Estou tão desvinculado que não sei de nada."

O DPL é organizado por professores de diversos estados do país, incluindo Ricardo da Costa, docente da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e ex-assessor especial de Vélez no MEC. Costa é um dos poucos egressos da antiga gestão que continuam com cargo na pasta após Abraham Weintraub assumir o comando. De acordo com as palavras do próprio, "um dos poucos totalmente da área da educação". Costa diz que atua em trabalhos internos relacionados à área acadêmica, que também é o foco do grupo Docentes pela Liberdade. Perguntado se o antigo chefe, Vélez Rodríguez, tinha sido cogitado para participar do DPL, Costa disse que a rotina atribulada impossibilitou o convite.

"É tanto trabalho no MEC, que mal dá tempo de respirar, e o Vélez saiu bastante chateado com a exoneração, o processo todo que foi muito conturbado lá dentro. Talvez ele queira ficar um pouco com a família. Até onde me informaram, (os colegas do DPL)

não falaram com ele", afirmou Costa, explicando que, apesar de ter sido assessor especial, nunca teve relação muito próxima com Vélez, assim como não tem com Weintraub. Para ele, isso é um indício de que permaneceu no cargo por sua capacidade profissional. Formado em História, brinca que deve ser um dos poucos a ter essa formação e ser de direita dentro do MEC.

Manifesto contra a esquerda

"Uma frente acadêmica contra o obscurantismo das esquerdas", assim diz um trecho da carta de lançamento do movimento Docentes pela Liberdade, que já reúne cerca de 300 professores, nas estimativas dos fundadores. A fala guarda muitas semelhanças com a visão de VélezRodríguez, que trouxe como uma de suas principais plataformas a expulsão do chamado "marxismo cultural" do MEC, mas a "ressaca" proporcionada por sua exoneração da pasta talvez tenha arrefecido o interesse do ex-gestor pelo tema:

"Tenho visto alguma coisa sim. Eu acho (o movimento) uma coisa sadia, mas não tenho muito contato com eles. Não me procuraram. E eu preferia me informar mais acerca disso (do movimento), porque não conheço", disse o ex-ministro, negando-se a dar uma entrevista mais ampla: " Se não dei entrevista quando era ministro, muito menos agora. Estou descansando".

Enquanto o ex-ministro descansa, os professores de direita se articulam. De acordo com Costa, mais de 30 cidades tiveram eventos relacionados ao DPL, todos com o objetivo de romper a "hegemonia gramsciana". Os docentes que participam da organização dizem se sentir constrangidos em manifestar sua opinião nas universidades onde lecionam. Isso porque, afirmam, essas instituições estão dominadas pelo pensamento de esquerda.

"É um movimento que espera que consigamos estabelecer uma fronteira sólida e sejamos mais respeitados. Esperamos que os professores intimidados percam o medo de manifestar suas opiniões e saiam do armário", defende ele, argumentando que as opiniões, no entanto, devem ficar da porta para fora da sala de aula: "Sou um conservador, para os conservadores é um absurdo o professor usar a sala de aula como palanque político. Eu nunca falei de política em sala de aula, acho um horror".

Por ora, curiosamente, essa é uma batalha que o ex-ministro não está disposto a comprar.

"Por enquanto, não tenho interesse", disse Vélez, sobre a perspectiva de integrar o grupo.

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Por que marcham os cientistas brasileiros?

Começam a ser organizadas em todo o país as Marchas Pela Ciência. Em São Paulo, o evento será no domingo, dia 7. "Nascemos no frescor dos ventos que dissiparam a névoa da ditadura, sabemos bem o valor da democracia e de tudo que ela nos proporcionou conquistar. É em sua defesa que marchamos", afirma Flávia Calé, presidente da Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG), em artigo para o blog Direto da Ciência

O Brasil foi o último país latino-americano a ter universidade. Os primeiros cursos superiores por aqui datam da vinda da família real, no início do século 19. A primeira

universidade, compreendida como instituição pluridisciplinar, é a UFRJ, de 1920. Também retardou a constituição de um plano estruturado para formação de mestres e doutores que pudessem produzir conhecimento científico, além de formar e qualificar as novas gerações – nosso primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação é de 1975.

É uma conquista notável que, em relativamente pouco tempo, o país tenha construído uma importante rede pública de universidades federais, muitas delas referências na produção científica, secundada por diversas instituições de ensino superior estaduais, que também têm destacado papel nas realidades locais. Completam o sistema as instituições de fomento que, a partir da **Capes**, do CNPq e a da rede Fundações de Amparo estaduais, são responsáveis pelo grosso do financiamento à pesquisa e à produção científica no país.

Esse conjunto é um patrimônio de valor inestimável para os brasileiros. Os profissionais ligados a essas instituições estão presentes na descoberta de uma vacina ou fármaco capaz de curar moléstias e salvar vidas; quando se desenvolve uma nova técnica ou se fabrica um defensivo agrícola que aumenta a produtividade do agronegócio; na realização de um novo estudo sobre a formação econômica e social da nação.

Esse edifício do saber, construído durante décadas e a muitas mãos, corre o risco de ruir. Seus alicerces estão sendo minados por uma política irresponsável que, por um lado, corta drasticamente o financiamento e, por outro, asfixia a democracia e a autonomia universitária. Não foi força de expressão quando Bolsonaro disse que sua missão não é construir, mas desconstruir.

O que são os R\$ 300 milhões retirados da **Capes**, que se viu forçada a cortar milhares bolsas de estudo, para um país que arrecadou em impostos e contribuições R\$ 1,45 trilhão em 2018? Há outros lugares para cortar: dados do TCU apontam que no ano passado foram gastos R\$ 279,6 bilhões com juros e encargos da dívida. Vejam: o número depois da vírgula é o dobro do que se pretende “economizar” com o fim das bolsas.

Quando se corta uma bolsa e se interrompe um projeto de pesquisa, ao se perder um jovem talento obrigado a sair do país para continuar sua pesquisa, o dano não é conjuntural – é um prejuízo que impactará o país por décadas. Um verdadeiro crime de lesa-pátria!

A reação dos estudantes e pesquisadores a um governo que elegeu a educação e a ciência como inimigas foi assertiva: as históricas mobilizações realizadas nos dias 15 e 30 de maio. Não sairemos das ruas. Começam a ser organizadas em todo o país as Marchas Pela Ciência. Em São Paulo, o evento será no domingo, dia 7 de julho, no Masp, e contará com uma feira científica pela manhã, sendo concluído com a Caminhada Contra o Obscurantismo, à tarde.

A Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) chega aos 33 anos neste mês de julho. Nascemos no frescor dos ventos que dissiparam a névoa da ditadura, sabemos bem o valor da democracia e de tudo que ela nos proporcionou conquistar. É em sua defesa que marchamos.

Direto da Ciência e ANPG

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

UnB vai deixar o Sisu em 2020

Universidade vai continuar usando o Enem para selecionar estudantes

A Universidade de Brasília (UnB) deixará de adotar o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) a partir de 2020. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no entanto, não deixará de ser usado pela instituição. A diferença é que agora, os estudantes que quiserem concorrer a uma vaga na universidade deverão se inscrever em edital próprio da UnB e indicar o Enem como critério classificatório.

De acordo com a UnB, a nova seleção manterá o mesmo quantitativo de vagas que eram destinadas ao Sisu e será usada já no primeiro semestre do ano que vem. A inscrição para esse processo será gratuita, uma vez que o estudante já pagou para fazer a prova do Enem.

A publicação do edital ainda não tem data prevista. A mudança foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) em reunião no dia 27 de junho.

A UnB passou a adotar o Sisu em 2014 ofertando pelo sistema metade das vagas do processo seletivo do primeiro semestre, o que equivale a 25% do total de vagas ofertadas no ano pela universidade.

O Sisu é um programa do Ministério da Educação (MEC), que centraliza, duas vezes por ano, a oferta de vagas em instituições públicas de ensino superior. Para participar, o estudante precisa ter feito o Enem e não ter zerado a redação. Cada candidato pode escolher até duas opções de curso, que podem ser alteradas até o final do período de inscrição. Uma vez por dia, o sistema calcula a nota de corte com base nas inscrições feitas até então.

De acordo com nota divulgada pela UnB, há incompatibilidade entre o calendário acadêmico da universidade e o que é estabelecido pelo MEC. Segundo a instituição, o registro precisava ser feito em um prazo curtíssimo, o que sobrecarregava as áreas técnicas e entrava em conflito com outros processos seletivos da universidade.

Outro problema é o não preenchimento de todas as vagas oferecidas pelo Sisu, sendo necessárias várias chamadas, o que prejudica o início do semestre letivo. Além disso, de acordo com a UnB, a evasão entre os estudantes que ingressam via Sisu é maior. Após o primeiro ano na universidade, a permanência de calouros que ingressaram por outros processos seletivos é de mais de 90%. No caso do Sisu, esse índice é até 20% mais baixo.

Fim do SisUnB

Além do ingresso pelo Enem, os estudantes podem concorrer a vagas na Unb pelo Programa de Avaliação Seriada (PAS), que é realizado ao longo dos três anos do ensino médio regular pelo vestibular. Os estudantes podem ingressar pelo PAS tanto no primeiro quanto no segundo semestre letivo. Metade das vagas ofertadas no ano são preenchidas por candidatos do PAS.

Já o vestibular é realizado apenas para ingresso no segundo semestre letivo e é responsável pelo preenchimento de 25% das vagas ofertadas no ano pela UnB.

Com a nota em mãos, os estudantes que participavam da terceira etapa do PAS e do vestibular podiam ainda ingressar no chamado SISUnB, que funcionava de forma semelhante ao Sisu. Ou seja, o estudante tinha um período para verificar se poderia ser aprovado para o curso de preferência ou não e podia mudar a opção de curso, turno ou campus para aumentar as chances de ser aprovado.

O Cepe aprovou o fim da possibilidade dessas mudanças nesses dois processos seletivos. Os candidatos deverão indicar, na inscrição, o curso que pretendem cursar e o SiSUnB não será mais utilizado.

topo ↕

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

Exposição celebra os 50 anos da Livraria do Senado

A Livraria do Senado está completando 50 anos de existência. Para comemorar, organizou uma exposição na Biblioteca da Casa, aberta ao público e que pode ser visitada até o dia 25 de julho. A mostra apresenta os primeiros documentos impressos pela Gráfica do Senado e os mais recentes, produzidos em equipamentos digitais.

O coordenador do Serviço de Multimídia da Gráfica (Semid), Thomas Gonçalves, explica que exposição vai apresentar um pouco da história das publicações do Senado, que divulgam conhecimento e os direitos dos cidadãos.

— Num momento em que encontramos livrarias em todo o Brasil sendo fechadas, a Livraria do Senado completa 50 anos. Uma dessas razões é o fato de que nós não visamos ao lucro, vendemos obras a preço de custo com frete grátis. A maior parte de nossas obras está disponível em formato digital gratuito — disse Thomas.

Primórdios

A primeira vitrine da mostra traz as primeiras edições da Revista de Informação Legislativa (RIL), de 1964, publicação do Senado para divulgação de artigos inéditos, predominantemente nas áreas de direito, ciência política e relações internacionais. A revista, considerada periódico científico, recebeu da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** a classificação A2 na área do direito, a segunda maior nota possível.

Em outra vitrine está exposta a primeira publicação do Senado Federal: os anais de 1926, impressos pela Tipografia Nacional, antecessora da Imprensa Nacional. Na mesma vitrine, estão os anais e os diários do Senado Federal de 1968, os primeiros impressos pela Gráfica da Casa.

Saltando para os dias atuais, outra vitrine destaca a evolução da Revista de Informação Legislativa e a Constituição em Miúdos, versão do texto constitucional em linguagem acessível a estudantes do ensino fundamental. Há também um exemplar de A gênese do texto da Constituição de 1988, de João Alberto de Oliveira Lima, Edilenice Passos e João Rafael Nicola, finalistas do Prêmio Jabuti 2014 na categoria Direito. Nessa mesma vitrine estão obras em braile impressas pela Gráfica do Senado, a única gráfica pública da América Latina que publica em braile.

Outra vitrine mostra livros editados pelo Conselho Editorial do Senado, criado em 1990 para publicação de obras sobre o país, inéditas ou fora de catálogo das editoras

comerciais. E um painel apresenta dados sobre a média anual de livros lidos pelo brasileiro, o número de pessoas que nunca compraram livro e quantos não leem. Vídeo com servidores, inclusive com alguns já aposentados, relatam o trabalho da Livraria nos últimos 50 anos.

Recordes

O visitante poderá ver também uma linha do tempo sobre a história da Livraria, iniciada em 1969. De acordo com Thomas Gonçalves, nos últimos 10 anos a Livraria vem crescendo e batendo recordes, tanto em relação a vendas quanto a downloads e acessos ao site. Um dos marcos é o número de downloads da Constituição em formato eletrônico PDF: mais de 1,2 milhão.

— Neste ano, em apenas quatro meses, acumulamos 1 milhão de acessos ao nosso site, tornando o serviço mais acessado no portal do Senado. O primeiro semestre foi aquele em que mais vendemos, superando os 50 mil exemplares.

O chefe do Serviço de Multimídia destaca ainda as vendas na Bienal do Livro do Rio de Janeiro de 2017, que foram recordes. Com a participação em feiras de livros, a Livraria pretende chegar mais perto das populações regionais e não ficar restrito ao das capitais, especialmente Brasília.

— Estamos crescendo, e a ideia é continuar ampliando nosso trabalho e dando oportunidade para a população ter acesso a esses livros. Agora é celebrar nossa história e trabalhar pelos próximos 50 anos — disse Thomas Gonçalves.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MPF investiga instituto que oferecia cursos superiores sem autorização do MEC na Paraíba

Inquérito publicado nesta sexta-feira pelo MPF apura denúncia contra Instituto Belchior em Pombal. Estabelecimento tem histórico de problemas em outras cidades.

A atuação de um instituição de ensino superior particular está sendo investigada pelo Ministério Público Federal na Paraíba (MPF-PB) por suspeitas de irregularidades na cidade de Pombal, a 371 km de João Pessoa. A abertura do inquérito civil do MPF foi publicado no Diário Eletrônico desta sexta-feira (5).

O G1 entrou em contato por telefone com o responsável pelo Instituto Belchior e foi informado que não poderia responder no momento da ligação por estar em deslocamento em uma viagem. Até a publicação desta reportagem não havia sido dado retorno pelo responsável.

Conforme publicação do MPF, assinada pelo procurador Anderson Danillo Pereira Lima, a instituição de ensino, identificada como Instituição Belchior, foi denunciada por oferecer serviços educacionais de nível superior sem o devido credenciamento. A denúncia em questão foi apresentada em maio de 2018 na procuradoria da República na cidade de Sousa.

Em consulta ao site do E-Mec, ficou constatado que a instituição de ensino, registrada como Magno Hebreus Belchior Pires e localizada no Centro de Pombal, não possui vínculo no Ministério da Educação para oferecer cursos de nível superior no estado.

Problemas em Pernambuco

O mesmo estabelecimento, em 2016, firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o MPF em Pernambuco por irregularidades semelhantes investigadas na Paraíba. De acordo com o MPF de Pernambuco, na cidade de Goiana, o Instituto Belchior gerou dano aos estudantes ao oferecer cursos livres com nomes parecidos aos de cursos de graduação.

Além do problema na publicidade dos cursos, a instituição foi investigada por ofertar cursos de graduação a distância sem o formato exigido pelo MEC sob um vínculo não autorizado por uma outra instituição sediada em São Paulo. O Instituto Belchior assumiu, à época, o compromisso para que estudantes dos cursos de serviço social e de pedagogia recebessem bolsa de estudo.

Denúncia em São Bento em 2014

A primeira denúncia envolvendo o Instituto Belchior na Paraíba surgiu em março de 2014, quando um estudante de um curso na modalidade EAD representou duas instituições à MPF por suspeitas de irregularidades. A Faculdade Evangélica Cristo Rei, com sede no Piauí, e no Instituto Belchior foram investigadas a partir de um procedimento instaurado pelo procurador Djalma Gusmão Feitosa entre 2014 e 2015.

Em uma nota técnica, emitida pelo próprio Ministério da Educação em março de 2015 e anexada ao inquérito publicado nesta sexta-feira (5), o MEC confirma que não havia registros na data que o Instituto Belchior tivesse autorização para oferecer cursos superiores, nem autorização para que a Faculdade Evangélica Cristo Rei operar cursos na modalidade a distância, nem no Piauí, nem em outros estados.

topo ↕

JUSBRASIL - TEMPO REAL

Posso cumular minha bolsa de mestrado/doutorado com outra atividade remunerada?

No Brasil, a carreira acadêmica - envolvendo ensino, pesquisa e extensão - tem se tornado cada vez mais desafiadora para aqueles que pretendem se dedicar exclusivamente a tão importante tarefa. Boa parte das dificuldades está atrelada à precarização à qual são submetidos os estudantes de pós-graduação, cujas bolsas advindas de agências fomentadoras federais no mestrado são de apenas R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) e de R\$2.200,00 (dois mil e duzentos reais) no doutorado. Isso implica que pessoas com alto nível de qualificação não recebem em proporção razoável aos muitos anos de estudo e compromisso com a educação e a ciência.

Dedicação exclusiva às vezes é incompatível com oportunidades de aperfeiçoamento

O problema não para por aí. Quando o estudante é beneficiado com bolsa de estudos financiada pela **Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** ou pelo CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ele é, em regra, obrigado a dedicar-se exclusivamente à universidade. Isso cria obstáculos, por vezes, até mesmo para que o aluno se aproprie das oportunidades proporcionadas pelo próprio Ministério da Educação, como as possibilidades de tutoria pelos programas da Universidade Aberta do Brasil, financiados pelo Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação - FNDE, ou mesmo de assumir uma vaga como professor, em caso de eventual aprovação.

Ações desarrazoadas dos órgãos de controle

Os órgãos de controle têm agido de maneira desarrazoada ao fazerem cobranças ilegais de pesquisadores que, supostamente, estariam cumulando bolsas de maneira indevida. O problema é que em algumas situações a cumulação é autorizada pela legislação, mas mesmo assim são realizadas as cobranças de devolução. Nesses casos, a Valente Reis Pessali Sociedade de Advogados tem sido chamada a agir.

Quando é permitida a cumulação?

Como dito, há casos em que é permitida a cumulação - seja de bolsa de mestrado ou doutorado com tutoria, seja com atividades de docência. Na maioria dessas situações, cumpridos os seguintes requisitos, não haverá ilegalidade:

A complementação financeira deve ser posterior à obtenção da bolsa de mestrado ou doutorado, ou seja, vínculos empregatícios anteriores impedem o recebimento de bolsa de mestrado ou doutorado, mas os posteriores, quando cumpridos os requisitos abaixo, não impedem;

A complementação de renda deve ser tematicamente pertinente e complementar ao projeto desenvolvido pelo aluno de pós-graduação;

É necessário que haja concordância documental expressa do orientador, autorizando o exercício da atividade complementar;

É necessário comunicar o programa de pós-graduação ao qual o aluno esteja vinculado - não é necessária a autorização do programa, apenas que seja informado.

Casos em que há normativas ilegais

Em várias situações, os programas de pós-graduação elaboram normativas internas com o objetivo de criar limitadores à cumulação de bolsas, mesmo quando cumpridos os requisitos elencados acima. É preciso que se entenda que a autonomia universitária existe quanto a diretrizes de ensino e pesquisa, mas não quanto às normas regulamentadoras da possibilidade ou não de cumulação de bolsas ou de bolsa e atividade remunerada. Essas diretrizes são dadas por normativa federal, que deve ser acatada pelas universidades públicas.

O que posso fazer?

Caso esteja vivendo situação similar, de proibição ilegal de cumulação de percepções financeiras ou cobranças indevidas por parte dos órgãos de controle, é possível ajuizar ação para controle judicial de legalidade de referidos atos administrativos, autorização ou recebimento ou proibindo a cobrança abusiva. Você conhece alguém em situação similar? Não deixe de compartilhar o nosso post.

[topo](#)

THE WORLD NEWS - BRASIL - TEMPO REAL

Por que marcham os cientistas brasileiros?

O Brasil foi o último país latinoamericano a ter universidade. Os primeiros cursos superiores por aqui datam da vinda da família real, no 1800. A primeira universidade, compreendida como instituição pluridisciplinar, é a UFRJ, de 1920. Também retardou a constituição de um plano estruturado para formação de mestres e doutores, que pudessem produzir conhecimento científico, além de formar e qualificar as novas gerações – nosso primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação é de 1975.

É uma conquista notável que, em relativamente pouco tempo, o país tenha construído uma importante rede pública de universidades federais, muitas delas referências na produção científica, secundada por diversas instituições de ensino superior estaduais, que também têm destacado papel nas realidades locais. Completam o sistema as instituições de fomento que, a partir da **CAPES**, CNPq e a rede Fundações de Amparo estaduais, são responsáveis pelo grosso do financiamento à pesquisa e à produção científica no país.

Esse conjunto é um patrimônio de valor inestimável para os brasileiros. Os profissionais ligados a essas instituições estão presentes na descoberta de uma vacina ou fármaco capaz de curar moléstias e salvar vidas; quando se desenvolve uma nova técnica ou se fabrica um defensivo agrícola que aumenta a produtividade do agronegócio; na realização de um novo estudo sobre a formação econômica e social da nação.

Esse edifício do saber, construído durante décadas e a muitas mãos, corre o risco de ruir. Seus alicerces estão sendo minados por uma política irresponsável que, por um lado, corta drasticamente o financiamento e, por outro, asfixia a democracia e a autonomia universitária. Não foi força de expressão quando Bolsonaro disse que sua missão não é construir, mas desconstruir.

O que são os 300 milhões retirados da **CAPES**, que se viu forçada a cortar milhares bolsas de estudo, para um país que arrecadou em impostos e contribuições 1,45 trilhão em 2018? Há outros lugares para cortar: dados do TCU apontam que no ano passado foram gastos R\$ 279,6 bilhões com juros e encargos da dívida. Vejam: o número depois da vírgula é o dobro do que se pretende “economizar” com o fim das bolsas.

Quando se corta uma bolsa e se interrompe um projeto de pesquisa, ao se perder um jovem talento obrigado a sair do país para continuar sua pesquisa, o dano não é conjuntural – é um prejuízo que impactará o país por décadas. Um verdadeiro crime de lesa-pátria!

A reação dos estudantes e pesquisadores a um governo que elegeu a educação e a ciência como inimigas foi assertiva: as históricas mobilizações realizadas nos dias 15 e 30 de maio. Não sairemos das ruas. Começam a ser organizadas em todo o país as Marchas Pela Ciência. Em São Paulo, o evento será no dia 07 de julho, no Masp, e contará com uma feira científica pela manhã, sendo concluído com a Caminhada Contra o Obscurantismo, à tarde.

A Associação Nacional de Pós-Graduandos chega aos 33 anos nesse mês de julho. Nascemos no frescor dos ventos que dissiparam a névoa da ditadura, sabemos bem o valor da democracia e de tudo que ela nos proporcionou conquistar. É em sua defesa que marchamos.

topo ↗

UERN - TEMPO REAL

Programa de Pós-Graduação em Ensino do Campus de Pau dos Ferros realiza II Workshop

O Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), do Campus de Pau dos Ferros, realizou, entre os dias 1º e 3 de julho, o II Workshop do PPGE.

Durante o evento, foi realizada a aula magna da 6ª turma do PPGE, intitulada “A pós-graduação em ensino e seu impacto na sociedade”, proferida pela professora Ivanise Maria Rizzatti (UERR), coordenadora adjunta da área de Ensino da **CAPES**.

O workshop contou ainda com atividades como o “Painel de egressos do PPGE – Relatos de experiências do mestrado no PPGE” e o lançamento da cartilha do PPGE “Coleção produtos educativos e metodologias de ensino – Volume II”.

Também foi realizado o V Encontro Interinstitucional do PPGE: UERN/Pau dos Ferros e UERR, FAPERN e REDE-TER, que contou a presença das professoras Ivanise Maria Rizzatti, Larissa da Silva Ferreira Alves (REDE-TER) e do professor Gilton Sampaio de Souza (FAPERN), diretor-presidente da FAPERN.

topo ↗

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

UnB deixará de usar o Sisu em 2020

A Universidade de Brasília (UnB) deixará de adotar o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) a partir de 2020. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no entanto, não deixará de ser usado pela instituição. A diferença é que agora, os estudantes que quiserem concorrer a uma vaga na universidade deverão se inscrever em edital próprio da UnB e indicar o Enem como critério classificatório.

De acordo com a UnB, a nova seleção manterá o mesmo quantitativo de vagas que eram destinadas ao Sisu e será usada já no primeiro semestre do ano que vem. A inscrição para esse processo será gratuita, uma vez que o estudante já pagou para fazer a prova do Enem.

A publicação do edital ainda não tem data prevista. A mudança foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) em reunião no dia 27 de junho.

A UnB passou a adotar o Sisu em 2014 ofertando pelo sistema metade das vagas do processo seletivo do primeiro semestre, o que equivale a 25% do total de vagas ofertadas no ano pela universidade.

O Sisu é um programa do Ministério da Educação (MEC), que centraliza, duas vezes por ano, a oferta de vagas em instituições públicas de ensino superior. Para participar, o estudante precisa ter feito o Enem e não ter zerado a redação. Cada candidato pode escolher até duas opções de curso, que podem ser alteradas até o final do período de inscrição. Uma vez por dia, o sistema calcula a nota de corte com base nas inscrições feitas até então.

De acordo com nota divulgada pela UnB, há incompatibilidade entre o calendário acadêmico da universidade e o que é estabelecido pelo MEC. Segundo a instituição, o registro precisava ser feito em um prazo curtíssimo, o que sobrecarregava as áreas técnicas e entrava em conflito com outros processos seletivos da universidade.

Outro problema é o não preenchimento de todas as vagas oferecidas pelo Sisu, sendo necessárias várias chamadas, o que prejudica o início do semestre letivo. Além disso, de acordo com a UnB, a evasão entre os estudantes que ingressam via Sisu é maior. Após o primeiro ano na universidade, a permanência de calouros que ingressaram por outros processos seletivos é de mais de 90%. No caso do Sisu, esse índice é até 20% mais baixo.

Fim do SisUnB

Além do ingresso pelo Enem, os estudantes podem concorrer a vagas na Unb pelo Programa de Avaliação Seriada (PAS), que é realizado ao longo dos três anos do ensino médio regular pelo vestibular. Os estudantes podem ingressar pelo PAS tanto no primeiro quanto no segundo semestre letivo. Metade das vagas ofertadas no ano são preenchidas por candidatos do PAS.

Já o vestibular é realizado apenas para ingresso no segundo semestre letivo e é reponsável pelo preenchimento de 25% das vagas ofertadas no ano pela UnB.

Com a nota em mãos, os estudantes que participavam da terceira etapa do PAS e do vestibular podiam ainda ingressar no chamado SISUnB, que funcionava de forma semelhante ao Sisu. Ou seja, o estudante tinha um período para verificar se poderia ser aprovado para o curso de preferência ou não e podia mudar a opção de curso, turno ou campus para aumentar as chances de ser aprovado.

O Cepe aprovou o fim da possibilidade dessas mudanças nesses dois processos seletivos. Os candidatos deverão indicar, na inscrição, o curso que pretendem cursar e o SiSUnB não será mais utilizado.

FOLHA DO ESTADO DA BAHIA - GERAL

Prorrogadas as inscrições para Processo Seletivo de Tutores do UAB

A seleção de tutores (on-line e presencial) para formação do cadastro de reserva do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) da Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs) teve o período de inscrições prorrogado, os interessados têm até o dia 15 de julho para realizar o registro.

O Processo Seletivo tem o intuito de eleger profissionais para compor a equipe responsável pelo suporte pedagógico ao desenvolvimento dos Cursos de Pedagogia e Letras - Português na modalidade de Educação a Distância (semipresencial), aprovados pela Diretoria de Educação a Distância (DED), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, no Polo de Apoio Presencial do município de Rio Real.

As inscrições são gratuitas e efetivadas por meio da internet, através do Site da CSA.

[topo](#)

JORNAL DE UBERABA - MG - GERAL

Mestrado em Biociências Aplicadas da UFTM abre processo seletivo

O Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Biociências Aplicadas – Piba da UFTM oferece 11 vagas em processo de seleção de candidatos, nas áreas de concentração “Materiais Aplicados em Biociências”, seis vagas, e “Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos”, cinco. São dez vagas de acesso universal e uma reservada no âmbito das Ações Afirmativas.

O Mestrado Acadêmico Interdisciplinar destina-se a biólogos, médicos, biomédicos, fisioterapeutas, odontólogos, químicos, farmacêuticos, físicos, engenheiros, matemáticos, cientistas da computação e outros profissionais.

As inscrições serão realizadas de 8 a 19 de julho, presencialmente na Secretaria do Programa, situada na Rua Vigário Carlos, 100, na Sala 311 no 3º andar, no horário de atendimento de segunda à sexta-feira, das 8 às 12 horas e das 13 às 16 horas. As inscrições também poderão ser feitas pelo correio eletrônico sec.piba@uftm.edu.br. A documentação exigida deve ser encaminhada em formato PDF via e-mail.

Conforme previsto no edital, a seleção constará de duas etapas: prova escrita, de caráter eliminatório, e análise de currículo, classificatório. A prova escrita será aplicada no dia 1º de agosto, em horário e local a ser divulgado no dia 29 de julho na página do Piba e na Secretaria do Programa.

O resultado preliminar será publicado no dia 7 de agosto, e o resultado final no dia 12 de agosto. A matrícula dos candidatos aprovados será realizada nos dias 13 e 14 de agosto, das 8h às 12h e das 13h às 16h, na Secretaria do Piba.

O Programa tem nota três na área de Materiais da **Capes** e conta com quatorze docentes permanentes vinculados a três institutos da UFTM – ICBN, ICENE e ICTE, abrangendo as disciplinas básicas de Biologia, Física, Química, Bioquímica e áreas aplicadas.

topo 

A TARDE - BA - BAHIA

Contenção na Ufba prejudica pesquisadores

CRISE Atividades serão impactadas por medidas emergenciais para redução de despesas publicadas pela Reitoria em portaria

Produção de vacinas contra doenças alérgicas, desenvolvimento de plantas mais resistentes, pesquisa para tratamento do câncer e atividades práticas de engenharia e arquitetura são algumas das atividades prejudicadas pelas medidas emergenciais para contenção de despesas publicadas pela reitoria da Universidade Federal da Bahia (Ufba), em portaria do dia 26 de julho.

As medidas são tentativas de reequilibrar o orçamento da Ufba devido ao bloqueio, por parte do Ministério da Educação (MEC), de 30% e ao contingenciamento de 22% nos créditos previstos para a universidade.

No entanto, alunos de graduação e pós-graduação apontam que as restrições nos horários de funcionamento da universidade (de 7h30 às 13h30, entre 8 de julho a 2 de agosto) irão afetar importantes projetos.

"Todos os dias morrem no País uma média de três pessoas devido a problemas de asma alérgica ou pela própria asma", disse a estudante de doutorado em biotecnologia, Elisânea Fontes.

Ainda segundo a pesquisadora, o período de trabalho é variável. "Trabalhamos diretamente testando produtos em animais. Alguns experimentos que fazemos aqui duram cerca de 14 horas. Houve vezes em que nós já chegamos a trabalhar 18 horas ininterruptas, então, com essa restrição de horário, isso fica praticamente impossível de fazer. Tem trabalho, inclusive, sábado e domingo", completou.

O estudante de Engenharia Civil, Yuri Durval, coordenador de uma iniciativa de alunos para práticas do Modelo de Informação da Construção (BIM), lamentou. "Tínhamos planejado um curso de férias para arrecadar fundos. Agora não vai rolar porque não poderemos usar o laboratório".

Já o doutorando do curso de biotecnologia, Valdir Gomes explicou que a restrição tem impacto direto em seu trabalho. "A gente precisa acompanhar o crescimento da planta diariamente, muitos experimentos que nós fazemos precisam de análise durante vários dias seguidos".

"Com esse contingencia-mento de horário, muitos experimentos mais específicos são afetados porque se torna inviável continuar a obter dados com os resultados desses decorrentes desses estudos".

" SOB A SUPERVISÃO
DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

Fies abre prazo para renovação de contratos

Estudantes podem fazer o aditamento até 31 de agosto pela internet

128 mil estudantes que contrataram o Fies a partir de janeiro de 2018 devem fazer o procedimento

O prazo para os estudantes renovarem contratos do Novo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) ficará aberto até o dia 31 de agosto. O aditamento deve ser feito pela internet. Ao todo, 128 mil estudantes que contrataram o Fies a partir de janeiro de 2018 devem fazer o procedimento.

De acordo com a Caixa Econômica Federal, uma das condições para o aditamento é estar com os pagamentos em dia. A não realização do aditamento por três semestres consecutivos pode ocasionar o cancelamento do contrato.

Os estudantes também podem fazer o pedido de suspensão ou encerramento do semestre pelo mesmo sistema. A partir de segunda-feira (8), será possível solicitar a transferência de instituição de ensino.

Caso haja necessidade de alterações no contrato, como a troca de fiador, o estudante deve comparecer a uma agência da Caixa. Nesse caso específico, o estudante deverá comparecer com o novo fiador e apresentar a documentação necessária para assinatura de termo aditivo ao contrato.

Novo Fies

O novo Fies, lançado no ano passado, tem modalidades de acordo com a renda familiar. A modalidade Fies juro zero é voltada para os candidatos com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos. Nesse caso, o financiamento mínimo é de 50% do curso, enquanto o limite máximo semestral é de R\$ 42 mil e é bancado pelo governo.

Além do juro zero, o Novo Fies oferece a modalidade P-Fies para candidatos com renda familiar per capita entre 3 e 5 salários mínimos. Nesse caso, o financiamento é feito por condições definidas pelo agente financeiro operador de crédito, que pode ser um banco privado ou fundos constitucionais e de desenvolvimento.

O aditamento está aberto apenas para contratos firmados junto à Caixa. O aditamento dos contratos firmados antes de 2018 seguem cronograma definido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

topo ↕

HOJE EM DIA - MG - BRASIL

SONHO DO DIPLOMA SUPERA OBSTÁCULOS

MATRICULA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

CRESCER 70% EM MINAS

O ensino superior está cada vez mais inclusivo. Faculdades com infraestrutura acessível ajudam a explicar o crescimento de quase 70% nas matrículas de pessoas com limitações físicas e intelectuais em Minas, de 2012 a 2017, conforme o último censo do Ministério da Educação (MEC). O índice é ainda maior se comparado à média nacional, de 41%, no mesmo período.

Piso tátil, rampas, elevadores, computadores adaptados e tutores são diferenciais. Além disso, destaca-se a perseverança dos universitários para conquistar o tão sonhado diploma. Que o diga Lityza Maia, de 29 anos. Por conta de um glaucoma, ela tem baixa visão no olho direito e já não enxerga com o esquerdo. Há risco de a jovem ficar totalmente cega.

Mesmo assim, a limitação não a impede de avançar no curso de psicologia nas Faculdades Promove, em Belo Horizonte. No próximo semestre, ela encara o quarto período da graduação.

Como sempre gostou de estudar, para chegar ao ensino superior Lityza criou técnicas para fazer leituras com monóculo e lupa. Na sala de aula, a estudante precisa escrever com agilidade para não perder o conteúdo.

"Sei das dificuldades que a deficiência me traz, mas me locomovo bem, estudo e posso trabalhar. Quando necessário, vou aprender o Braille (sistema de escrita em relevo) e utilizar outras ferramentas, mas continuarei com a minha independência", afirma Lityza Maia.

ASSISTÊNCIA

As faculdades desempenham papel importante na assistência aos alunos com necessidades especiais. Coordenador psicopedagógico das Faculdades Kennedy e Promove, na unidade Prado, em BH, Cláudio Vieira de Lima explica que o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), elaborado pelo Núcleo de Orientação Psicopedagógica (NOP), auxilia a pessoa com deficiência a explorar o potencial que tem. No ano passado, quatro estudantes com deficiências estavam na instituição. Em 2019, são 12.

O gestor explica ser possível oferecer mais comodidade a esse público. No caso de quem tem baixa visão, o processo de ensino envolve materiais com letras grandes e papel reciclado, evitando o contraste do branco, que prejudica a leitura.

Já os hiperativos, que perdem a concentração facilmente com o barulho, fazem as provas em uma sala em separado. Os alunos com dislexia (dificuldade para aprender a ler e escrever) acessam um programa no computador que permite a eles compreender a

leitura sem embaralhar as letras.

"Os professores também são capacitados em palestras e treinamentos para melhor atender a essas pessoas", diz Cláudio Vieira.

Estudantes aprendem a lidar com os desafios do cotidiano. Desafios encontrados no dia a dia são os principais empecilhos para que pessoas com deficiências desempenhem as mais diversas atividades, como entrar para a faculdade, observam especialistas.

"Ônibus com apenas uma vaga para cadeirante, a falta de capacitação de professores e a antipatia de colegas acompanham esse aluno desde o ensino fundamental", frisa a psicóloga Denise Martins Ferreira, membro do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

Para ela, houve muitas conquistas por meio de leis e políticas públicas. Por outro lado, a especialista, que também faz parte da Comissão da Pessoa com Deficiência da OAB-MG, diz que a sociedade ainda não tem a cultura da inclusão.

Stephanie Severino, de 30 anos, sentiu na pele essa dificuldade. Com mais de 60% da audição comprometida nos dois ouvidos, ela não encontrou um curso de libras na cidade onde morava, na região Central do Estado, quando viu a necessidade de aprender a língua de sinais. "Pode me ajudar bastante, por isso quero fazer".

Atualmente, ela está matriculada no 6º período de nutrição nas Faculdades Promove, na capital. Durante o percurso, pensou em desistir várias vezes. "Mesmo com aparelho, é muito difícil escutar. Mas com o apoio que recebi, quando completei a metade do curso, resolvi que iria me formar. Esse é meu sonho", diz.

INTEGRAÇÃO

Nas Faculdades Promove e Kennedy, os estudantes se deparam com atividades de inclusão.

"Trouxemos um coral com pessoas cegas para o fechamento de um projeto. A proposta foi mostrar que a diferença não anula competências individuais", explica o coordenador psicopedagógico da unidade Prado da instituição, Cláudio Vieira de Lima.

[topo](#)

O LIBERAL - PA - ATUALIDADES

MEC anula contrato com ibero-americanos

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou ontem a suspensão da prestação de serviços de 89 consultores contratados pela pasta por meio de um acordo de assistência técnica firmado com a Organização de Estados Ibero-americanos (OEI). Foram identificadas irregularidades formais no vínculo jurídico dos consultores e que foram encaminhadas para o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União. As informações são da Agência Estado.

A pasta comunicou que entre as irregularidades no acordo estão a não elaboração de um projeto básico da proposta pelo MEC, mas pela OEI; a ausência de uma prévia aprovação pela Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, e do envio dos autos e das minutas de acordo para análise pela consultoria jurídica do MEC e a falta de publicação do termo de acordo no Diário Oficial da União.

As irregularidades foram identificadas quando a gestão chefiada por Weintraub assumiu o ministério e precisou analisar a renovação do acordo com a OEI para este ano. Em 2008, os repasses foram de R\$ 4,4 milhões. Em 2018, chegaram a R\$ 37,4 milhões. “Nos deparamos com alguns contratos irregulares em contratação de consultores, por meio de contribuição voluntárias que o MEC havia feito. São valores de R\$ 178 milhões de repasses desde 2008. Tem mais de dez anos. Nada que tenha a ver com o governo atual, e sim governos anteriores.

E nesta atual gestão estamos tomando devidas providências”, explicou o ministro. De acordo com Weintraub, caberá ao MPF, ao TCU e ao CGU a avaliação do “grau de comprometimento dos contratos”. “De repente não tem nada muito grave, de repente não teve nem dolo. Não somos nós que vamos dizer isso. Quem vai dizer o quão errado foi ou se foi apenas um leve incidente ou não será o MPF, o TCU e a Justiça depois.”

“Não estou acusando diretamente ninguém, não. Não estou acusando ninguém de roubo nem de dolo, quem vai decidir isso são os órgãos competentes. Desconfio que a gente vai descobrir mais coisas ao longo desses anos, mas de modo transparente”, disse. Indagado, o ministro disse que a medida não faz parte da chamada “Lava Jato da Educação”.

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

MEC cancela acordo de cooperação e dispensa 89

Educação. Pasta anula prestação de serviço por consultores por suposta irregularidade

BRASÍLIA. O Ministério da Educação (MEC) anulou a contratação de 89 consultores que prestavam serviços para a pasta por meio de acordo de cooperação, considerado irregular, com um organismo internacional. A pasta apurou irregularidades no formato de um acordo de assistência técnica firmado com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) para a Educação, a Ciência e a Cultura.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que ainda não há comprovações de ilegalidades além das questões formais do acordo. “Não estou falando que houve dolo, não estou falando que houve nada, estou apenas falando que são contratos irregulares. Quem vai decidir o grau do erro e de culpa não é o MEC”, disse Weintraub durante entrevista coletiva agendada para esse anúncio, ontem, em Brasília. Disse que preferiu adiantar a divulgação, mesmo antes da apuração final, para evitar ruído.

O caso foi encaminhado aos órgãos de controle, como a Controladoria Geral da União, Ministério Público Federal e Tribunal de Contas da União. Segundo o MEC, um acordo de contribuição voluntária com a OEI vinha sendo desvirtuado, de modo que a organização contratava consultores para atuarem dentro do MEC. Esses consultores atuavam no ministério em várias funções, mas não foi detalhado o que faziam exatamente. Cinquenta deles, por exemplo, trabalhavam com tecnologia da informação.

O primeiro termo desse acordo foi firmado em 2008, tendo sido renovado até o ano passado. Desde então, o MEC repassou R\$ 178 milhões à OEI para a prestação de consultoria.

A cada ano o acordo era renovado, o que não ocorreu em 2019. Em 2018, os repasses alcançaram R\$ 37,4 milhões. “Não havia voluntariedade e, sim, uma espécie de

contrapartida, onde eu transmito uma doação e recebo apoio técnico como contrapartida", disse o consultor jurídico do MEC, Rodrigo Pirajá.

Essas irregularidades incluíam a não elaboração, por parte do ministério, de um projeto básico da proposta, não houve aprovação prévia pela Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores.

O acordo também não havia passado pela consultoria jurídica do MEC, além de não ter tido publicação do termo no Diário Oficial da União. Os 89 consultores citados estavam atualmente no quadro da pasta.

Pedido de retirada

Ministro quer sair da Wikipédia por discordar de informações

SÃO PAULO. De segunda (10 de julho) até ontem, a página da Wikipédia dedicada ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, passou por 25 edições. As informações estão disponíveis na própria página da enciclopédia colaborativa.

O ministério solicitou à enciclopédia colaborativa que o verbete sobre Weintraub fosse excluído. O MEC alegou que a página conteria "informações não confirmadas" que poderiam levar a "interpretações dúbias".

Na página de discussão sobre as edições, o principal assunto debatido entre os colaboradores era sobre como o bloqueio orçamentário imposto por Weintraub deveria ser descrito na Wikipédia.

A mensagem enviada pelo MEC, à qual a reportagem teve acesso, justifica o pedido de exclusão pela "impossibilidade de edição" do conteúdo por parte do ministério. Segundo a pasta, com a restrição de edição, a "pessoa física/jurídica fica incapacitada de declarar ampla defesa e o contraditório". A solicitação do MEC para que o verbete fosse excluído mobilizou um fórum de editores da Wikipédia — que assinam com pseudônimos.

O editor Chronus, que foi contatado pela pasta, informou que não responderia ao ministério porque a solicitação deveria ter sido feita diretamente à fundação do grupo, na Califórnia (EUA), mas restringiu a possibilidade de que usuários sem boa reputação na plataforma pudessem editar o texto. O verbete foi criado no dia 8 de abril.

topo ↕

DIRETO DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Por que marcham os cientistas brasileiros?

FLÁVIA CALÉ,

especial para Direto da Ciência.*

Sexta-feira, 5 de julho de 2019, 6h12.

O Brasil foi o último país latino-americano a ter universidade. Os primeiros cursos superiores por aqui datam da vinda da família real, no início do século 19. A primeira universidade, compreendida como instituição pluridisciplinar, é a UFRJ, de 1920. Também retardou a constituição de um plano estruturado para formação de mestres e doutores que pudessem produzir conhecimento científico, além de formar e qualificar as novas gerações – nosso primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação é de 1975.

É uma conquista notável que, em relativamente pouco tempo, o país tenha construído uma importante rede pública de universidades federais, muitas delas referências na produção científica, secundada por diversas instituições de ensino superior estaduais, que também têm destacado papel nas realidades locais. Completam o sistema as instituições de fomento que, a partir da **Capes**, do CNPq e a da rede Fundações de Amparo estaduais, são responsáveis pelo grosso do financiamento à pesquisa e à produção científica no país.

Esse conjunto é um patrimônio de valor inestimável para os brasileiros. Os profissionais ligados a essas instituições estão presentes na descoberta de uma vacina ou fármaco capaz de curar moléstias e salvar vidas; quando se desenvolve uma nova técnica ou se fabrica um defensivo agrícola que aumenta a produtividade do agronegócio; na realização de um novo estudo sobre a formação econômica e social da nação.

Esse edifício do saber, construído durante décadas e a muitas mãos, corre o risco de ruir. Seus alicerces estão sendo minados por uma política irresponsável que, por um lado, corta drasticamente o financiamento e, por outro, asfixia a democracia e a autonomia universitária. Não foi força de expressão quando Bolsonaro disse que sua missão não é construir, mas desconstruir.

O que são os R\$ 300 milhões retirados da **Capes**, que se viu forçada a cortar milhares bolsas de estudo, para um país que arrecadou em impostos e contribuições R\$ 1,45 trilhão em 2018? Há outros lugares para cortar: dados do TCU apontam que no ano passado foram gastos R\$ 279,6 bilhões com juros e encargos da dívida. Vejam: o número depois da vírgula é o dobro do que se pretende “economizar” com o fim das bolsas.

Quando se corta uma bolsa e se interrompe um projeto de pesquisa, ao se perder um jovem talento obrigado a sair do país para continuar sua pesquisa, o dano não é conjuntural – é um prejuízo que impactará o país por décadas. Um verdadeiro crime de lesa-pátria!

A reação dos estudantes e pesquisadores a um governo que elegeu a educação e a ciência como inimigas foi assertiva: as históricas mobilizações realizadas nos dias 15 e 30 de maio. Não sairemos das ruas. Começam a ser organizadas em todo o país as Marchas Pela Ciência. Em São Paulo, o evento será no domingo, dia 7 de julho, no Masp, e contará com uma feira científica pela manhã, sendo concluído com a Caminhada Contra o Obscurantismo, à tarde.

A Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) chega aos 33 anos neste mês de julho. Nascemos no frescor dos ventos que dissiparam a névoa da ditadura, sabemos bem o valor da democracia e de tudo que ela nos proporcionou conquistar. É em sua defesa que marchamos.

FLÁVIA CALÉ é mestranda em História Econômica na Universidade de São Paulo e presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG).

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Processo seletivo: mestrado e doutorado no Mackenzie

O processo seletivo de vagas para o 2º semestre 2019 para cursos de Stricto Sensu da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) está aberto e as inscrições podem ser feitas até o dia 15 de julho. O sistema de Pós-graduação da UPM privilegia a pesquisa e o ensino, visando aprofundar os conhecimentos acadêmicos e técnico-profissionais em campos específicos do saber. No total, são 12 programas que o Mackenzie oferece, entre eles: Administração de Empresas; Arquitetura e Urbanismo; Distúrbios do Desenvolvimento; Engenharia Elétrica e Computação; Engenharia de Materiais e Nanotecnologias; Letras; Administração do Desenvolvimento de Negócios; Controladoria e Finanças Empresariais; e Economia e Mercados.

Para os alunos ingressantes dos cursos de Doutorado, o Mackenzie oferece bolsa integral para os quatro primeiros colocados em cada curso – Modalidade de Isenção Integral de Mensalidade e Taxas (exceto a taxa de inscrição do processo). Os demais alunos dos cursos de Doutorado e Mestrado, durante o curso, terão oportunidades de concorrer às bolsas **CAPES**, Mack Pesquisa e outras agências que incentivam a pesquisa.

Para saber mais informações acesse www.mackenzie.br/processos-seletivos/mestrado-doutorado/ ou contate o e-mail processoseletivo.pos@mackenzie.br.

Sobre o Mackenzie

A Universidade Presbiteriana Mackenzie está entre as 100 melhores instituições de ensino da América Latina, segunda a pesquisa QS Quacquarelli Symonds University Rankings, uma organização internacional de pesquisa educacional, que avalia o desempenho de instituições de ensino médio, superior e pós-graduação.

topo ↕

UFMG - NOTÍCIAS

Professores desenvolvem projetos com universidades, redes e agências internacionais

DRI prospecta oportunidades, negocia com parceiros e apoia as candidaturas

A Diretoria de Relações Internacionais (DRI) divulgou, nos últimos dias, chamada da Universidade de Sheffield, no Reino Unido, uma das principais parceiras da UFMG fora do país, para financiamento de colaborações entre pesquisadores das duas instituições. A universidade britânica oferece 7 mil libras para primeiros passos de projetos em diversas áreas (saiba mais no final desta matéria).

Esta é mais uma oportunidade de financiamento de pesquisa em tempos de recursos escassos no Brasil, ressalta o diretor adjunto de Relações Internacionais, professor Dawisson Belém Lopes. “Docentes da UFMG têm sido bem-sucedidos em busca de alternativas para a concretização de seus projetos. E a DRI tem intensificado esforços de prospecção de oportunidades, negociação com agências e universidades, divulgação, organização de processos seletivos e apoio às candidaturas”, afirma.

As professoras Natália Chaves, Valéria Pereira e Ulrike Schröder desenvolvem projetos com suporte de redes e agências internacionais de fomento, com intermediação da DRI. Natália, da Faculdade de Direito, participa do projeto Les meilleures pratiques juridiques au service de l’acceptabilité sociale des projets miniers (As melhores práticas jurídicas a serviço da aceitabilidade social de projetos de mineração, em tradução livre). O projeto visa garantir o aperfeiçoamento das práticas da atividade de mineração, levando em conta os interesses da população e a responsabilidade social.

Os membros da equipe realizarão três conferências internacionais para abordar o projeto e, na conclusão, produzirão um artigo sobre o tema. O projeto integra o programa de cooperação universitária Prisa, da Agence Universitaire de la Francophonie. Segundo Natália, não foi fácil conjugar os objetivos de cada integrante, mas a experiência tem sido enriquecedora, possibilitando interações com professores estrangeiros e abrindo portas para futuras parcerias.

Comunicação intercultural

Professora da Faculdade de Letras, Ulrike coordena o projeto Intercultural communication in interaction: multimodal approaches (Comunicação intercultural em interação: abordagens multimodais), que visa compreender como se estabelecem interações comunicacionais entre pessoas e grupos de origens linguísticas e culturais distintas, sob as perspectivas verbal, prosódica e não verbal.

O projeto recebe financiamento da Worldwide Universities Network (WUN), rede de cooperação acadêmica formada por 23 universidades, da qual a UFMG faz parte. Segundo a professora, é esperada a elaboração de propostas concretas de como trabalhar com dados na sala de aula de língua estrangeira, a fim de encorajar um aprendizado intercultural (auto)reflexivo.

Ulrike Schröder explica que tomou conhecimento do programa por meio de uma chamada da DRI e procurou professores estrangeiros com propostas correlatas. Ela diz que não enfrentou dificuldades no momento da submissão da candidatura.

Com apoio da **Capes** e do Serviço Alemão de Intercâmbio (DAAD), a professora Valéria Pereira, da Faculdade de Letras, conseguiu trazer para a UFMG um German Teaching Assistant (GTA), que contribui com o ensino da língua alemã nos programas do Idiomas sem Fronteiras (IsF), no Centro de Extensão (Cenex) da Fale e na própria DRI.

Para a aprovação da solicitação, foi desenvolvido um projeto de pesquisa, com todas as etapas de fundamentação da teoria e dos objetivos. “A ideia foi apresentar um projeto no qual os GTAs deveriam, simultaneamente, fazer uma pesquisa básica sobre blended learning (ensino que mescla aulas presenciais e on-line) e escrever um artigo sobre essas experiências e/ou desenvolver material que auxilie os estudantes e os próximos professores”, conta Valéria.

A coordenadora do Setor de Mobilidade Internacional da DRI, professora Marcella Gomes, destaca que esse tipo de experiência é fundamental para a internacionalização da Universidade, e as agências de fomento cumprem papel muito importante. “Essas iniciativas contribuem para projetos de pesquisa de ponta e para a formação de profissionais com habilidades adequadas às exigências contemporâneas globais, para a geração de riquezas e para respostas aos anseios do país que a pesquisa e a extensão de qualidade podem proporcionar”, diz Marcella, lembrando que a DRI apoia também a mobilidade de estudantes e servidores técnicos.

Sheffield

O fundo de sete mil libras por projeto criado pela Universidade de Sheffield para colaborações com a UFMG vai financiar viagens, eventos e outras ações. Grupos que já

trabalham juntos – por exemplo, para submissão de propostas ao programa PrInt/UFGM, que lançará novas chamadas em agosto – poderão aproveitar projetos em andamento para participação também nessa iniciativa.

Para candidatos que ainda não tenham cooperação iniciada com a instituição britânica, a DRI sugere consulta à ferramenta GCRF Sheffield Collaboration Tool, que facilita a identificação de pesquisadores em áreas específicas. As submissões de propostas devem ser feitas, necessariamente, por um pesquisador da Universidade de Sheffield. O prazo final é 9 de setembro de 2019.

A DRI está à disposição para auxiliar os candidatos pelo e-mail redes@dri.ufmg.br. Orientações sobre a iniciativa da Universidade de Sheffield podem ser encontradas no site da DRI.

Todas as oportunidades de mobilidade para docentes mediadas pela DRI também são divulgadas na página do órgão e em suas redes sociais (Twitter, Facebook e Instagram).

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Governo de SP fará projeto-piloto com policial da reserva dentro de escola Programa também prevê medidas disciplinares para alunos envolvidos em violência e vandalismo

O governo de São Paulo, sob gestão de João Doria (PSDB), vai colocar policiais da reserva dentro de uma escola estadual, num projeto-piloto que visa difundir a presença dos agentes na rede. Também vai propor um Projeto de Lei com medidas disciplinares para responsabilizar alunos envolvidos em casos de violência e de vandalismo.

A gestão tucana quer contratar ainda 622 policiais de folga para reforçar a segurança de 216 colégios com altas taxas de vulnerabilidade no estado. Além disso, a polícia passará a monitorar o sistema de câmeras das unidades.

O pacote de medidas faz parte do programa Escola mais Segura, ao qual a Folha teve acesso, e que será divulgado oficialmente nesta sexta-feira (5) por Doria e pelo secretário de Educação, Rossieli Soares. O investimento será de R\$ 59 milhões por ano.

No fim de maio, o governador pediu mais rigor na punição dos alunos que arremessaram livros e carteiras em uma professora de uma escola em Carapicuíba e propôs que pais pagassem por mesas e carteiras danificadas ou que autorizassem os filhos a fazerem algum trabalho na própria escola.

Doria e Rossieli também haviam anunciado que revisariam os procedimentos de segurança nos 5.400 colégios estaduais após o ataque a tiros que deixou 8 mortos e 11 feridos, entre alunos e professores, no dia 13 de março na escola Raul Brasil, em Suzano, na Grande São Paulo.

A ideia agora é mirar apenas nas unidades que têm histórico de violência. Para isso, o programa terá quatro frentes de atuação.

O primeiro diz respeito ao policiamento. A gestão tucana pretende reforçar as já existentes rondas escolares, com novas viaturas e cerca de 190 policiais a mais por dia. Outra iniciativa é contratar até 432 policiais da ativa, mas de folga, para fazer

patrulhamento a pé em duplas no entorno de até três escolas.

Os agentes serão pagos via Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar (Dejem) e a adesão é voluntária. A pasta da Educação espera firmar acordo com a secretaria de Segurança até início de agosto para que em seguida haja a abertura de vagas.

Também foi criado o Gabinete Integrado de Segurança Escolar, com oficiais da PM designados para planejar a segurança da rede.

O projeto prevê ainda integrar todas as câmeras das unidades de ensino ao sistema da secretaria de Educação — hoje, apenas 1.500 escolas podem ser observadas pela pasta. Parte das escolas também não tem videomonitoramento. Rossieli diz que a meta é instalar câmeras em toda a rede até o final do mandato.

"A polícia não vai olhar o tempo todo o que está acontecendo na escola. Mas, se chegar uma ocorrência e eles tiverem acesso à câmera, como acontece com as áreas públicas, facilita", diz o secretário. "A câmera sozinha não resolve, mas é um ponto importante."

Na segunda frente, a gestão Doria vai criar um Regimento Comum Escolar a ser seguido por todas as escolas estaduais. O dispositivo vai definir, por exemplo, se as escolas devem manter os portões abertos ou fechados. Hoje, cada colégio define suas regras e as normas emitidas pela secretaria servem só como diretriz — ou seja, as unidades não são obrigadas a seguir.

A discussão sobre o acesso pipocou após a tragédia em Suzano. A entrada dos dois ex-alunos da Raul Brasil, que abriram fogo no pátio, foi facilitada porque o portão estava aberto. Por lá, agora há um portão eletrônico com interfone e câmera. A decisão veio depois de pedidos dos pais.

"São medidas de reorganização simples e efetivas, que trazem mais sensação de segurança", diz o secretário.

Não está previsto no pacote a instalação de detectores de metais, para evitar, por exemplo, que alguém entre armado. A possibilidade também havia sido aventada pelos pais de alunos após o massacre. Rossieli diz que o custo é um entrave, mas não descarta a proposta.

Sobre o regimento obrigatório, o secretário diz que "é importante ter regras mínimas, sem tirar da escola as suas peculiaridades".

A terceira frente é a de "melhoria do clima escolar". Para isso, a secretaria diz que irá alocar 57 psicólogos e 28 assistentes sociais nas diretorias regionais de ensino. Eles vão monitorar o comportamento dos alunos e dar feedback. Também vão auxiliar professores a identificar casos de bullying, por exemplo.

"A ideia é ajudar na formação das equipes das escolas, ensiná-los a trabalhar as habilidades socioemocionais e de mediação de conflitos", afirma Rossieli.

Por fim, a responsabilização. A secretaria propõe mais rigidez em casos de deprecação e violência contra professores, sem dar detalhes do que estará no Projeto de Lei, que deve ser enviado à Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de SP) em 60 dias.

Sobre a presença dos agentes da reserva dentro dos colégios, a pasta não divulgou qual será a escola pioneira nem uma data de início do projeto-piloto. Mas vai apresentar, também num prazo de 60 dias, um estudo com a viabilidade de alocar os reservistas em todas as unidades de ensino.

A atuação não será obrigatória, segundo a secretaria, que nega que os policiais poderão estar armados. Rossieli diz que os agentes vão atuar na mediação de conflitos.

Projeto semelhante existe em Londrina, no Paraná, desde maio. Lá, o programa Escola Segura colocou PMs da reserva, fardados e armados, para desenvolver atividades com os estudantes e inibir delitos nas unidades com mais ocorrências. Porto Velho também estuda adotar medida do tipo.

Perguntado se o programa Escola mais Segura preveniria casos como o de Suzano ou de Carapicuíba, Rossieli diz que as chances de acontecer incidentes do tipo serão menores.

"Não sei dizer quanto a gente conseguiria evitar os casos com um projeto desse, mas aumentaria a chance. Precisamos ter a família envolvida, a sociedade, olhar quem está nas redes sociais para ver qualquer sinal, por mais que pareça brincadeira. É um esforço de todos nós", afirmou à Folha.

Desde a tragédia na Raul Brasil, a secretaria de Educação já tinha criado um canal direto de comunicação entre os diretores das escolas e os batalhões de polícia próximos e, em junho, a pasta nomeou 1.495 agentes de organização escolar, que têm responsabilidade de controlar a movimentação dos estudantes e auxiliar na manutenção da disciplina.

topo 

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Fies abre prazo para renovação de contratos firmados a partir de 2018

De acordo com a Caixa Econômica Federal, uma das condições para o aditamento é estar com os pagamentos em dia

O prazo para os estudantes renovarem contratos do Novo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) ficará aberto até o dia 31 de agosto. O aditamento deve ser feito pela internet. Ao todo, 128 mil estudantes que contrataram o Fies a partir de janeiro de 2018 devem fazer o procedimento.

De acordo com a Caixa Econômica Federal, uma das condições para o aditamento é estar com os pagamentos em dia. A não realização do aditamento por três semestres consecutivos pode ocasionar o cancelamento do contrato.

Os estudantes também podem fazer o pedido de suspensão ou encerramento do semestre pelo mesmo sistema. A partir da próxima segunda-feira (08/07/2019), será possível solicitar a transferência de instituição de ensino.

Caso haja necessidade de alterações no contrato, como a troca de fiador, é preciso ir a uma agência da Caixa. Nesse caso específico, o estudante deverá comparecer com o novo fiador e apresentar a documentação necessária para assinatura de termo aditivo ao

contrato.

Novo Fies

O novo Fies, lançado no ano passado, tem modalidades de acordo com a renda familiar. A modalidade Fies juro zero é voltada para os candidatos com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos. Nesse caso, o financiamento mínimo é de 50% do curso, enquanto o limite máximo semestral, de R\$ 42 mil, é bancado pelo governo.

Além do juro zero, o Novo Fies oferece a modalidade P-Fies para candidatos com renda familiar per capita entre 3 e 5 salários mínimos. Nesse caso, o financiamento é feito por condições definidas pelo agente financeiro operador de crédito, que pode ser um banco privado ou fundos constitucionais e de desenvolvimento.

O aditamento está aberto apenas para contratos firmados junto à Caixa. O aditamento dos contratos firmados antes de 2018 seguem cronograma definido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC anula contrato com organização internacional

O Ministério da Educação (MEC) anulou um acordo de assistência técnica firmado com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), em vigência desde 2008, após, segundo a pasta, detectar irregularidades. Com isso, foram dispensados 89 consultores. No total, foram pagos pelo MEC, desde o início do acordo, R\$ 178 milhões. O anúncio foi feito nesta quinta-feira (4) em coletiva de imprensa.

Segundo o consultor jurídico do MEC, Rodrigo Pirajá, o acordo não seguiu os ritos necessários para a contratação de consultoria, que demanda a elaboração de um plano específico que deve ser aprovado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, analisado pela consultoria jurídica do MEC e publicado no Diário Oficial da União.

Ao invés disso, o MEC fazia uma contribuição voluntária ao organismo internacional, algo que é permitido legalmente, mas não para a contratação de consultores. “Não é assim que se obtém consultoria”, diz Pirajá. “Não é irregular receber consultoria técnica, apenas tem que seguir o trâmite”, acrescenta.

A maioria dos consultores, 50, atuava na área de tecnologia da informação (TI). Os demais eram distribuídos em todas as secretarias da pasta. Além do acordo com a OEI, um acordo semelhante, firmado com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) está sob análise. De acordo com a pasta, não foi identificada nenhuma irregularidade nesse acordo.

Os salários dos consultores variavam de R\$ 6 mil a R\$ 12 mil. Quem era responsável pelo pagamento era a OEI, mas o MEC participava da seleção de pessoal, que era feita mediante chamamento público, uma modalidade de licitação.

O caso foi remetido ao Tribunal de Contas da União (TCU), à Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Ministério Público Federal (MPF), que deverão investigar se houve ou não improbidade administrativa. “Não temos elementos suficientes para verificar se

[os consultores] estavam em desvio de função. A execução pode ser regular. Isso que vai ser verificado agora, se eles prestavam um serviço ou se serviam para substituir servidor”, diz Pirajá. O ministério enfatizou que não é possível dizer se houve ou não desvio de dinheiro, isso dependerá das investigações dos órgãos competentes.

A pasta também esclareceu que não se trata de um problema com a OEI, uma vez que o MEC mantém outro contrato com a organização, mas apenas da irregularidade neste acordo específico.

OEI

Em nota, a OEI diz que tomou conhecimento, “com surpresa, da recente decisão do Ministério da Educação do Brasil de decretar nulidade do um acordo firmado em fevereiro de 2018. Uma decisão unilateral da atual gestão do MEC, uma vez que a OEI não foi convidada para ser ouvida, em nenhum momento, no decurso do processo, nem ao menos foi solicitado qualquer aporte de informação complementar ou para esclarecimento”.

A organização diz ainda que desconhece “qualquer irregularidade ou falta de lisura, tanto que se colocou à disposição da atual gestão do MEC para oferecer esclarecimentos e sanar eventuais dúvidas”.

A OEI afirma que é auditada anualmente por auditoria externa independente, por auditoria interna e pela União Europeia. “Por sermos pautados pela transparência, já oferecemos ao Ministério da Educação todas as informações e até o presente momento não recebemos nenhuma resposta. Indicamos, da mesma forma que tentamos realizar reunião com o Ministro da Educação há meses”, diz.

A OEI é um organismo intergovernamental de cooperação internacional presente nos 23 países membros da Organização. É responsável por ações como o programa de bilinguismo com foco no fortalecimento da língua portuguesa, incluindo a atuação junto a escolas de fronteira, o programa Primeira Infância e Educação, o programa Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania, do Programa de Mobilidade, entre outros.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

MEC anula contrato com organização internacional

Segundo ministério, acordo não teria seguido formalidades para contratação de consultoria. Foram dispensados 89 consultores

O MEC (Ministério da Educação) anulou um acordo de assistência técnica firmado com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), em vigência desde 2008, após, segundo a pasta, detectar irregularidades. Com isso, foram dispensados 89 consultores. No total, foram pagos pelo MEC, desde o início do acordo, R\$ 178 milhões. O anúncio foi feito na quinta-feira (4) em coletiva de imprensa.

MEC encontra contratos irregulares que totalizam R\$ 178 milhões

Segundo o consultor jurídico do MEC, Rodrigo Pirajá, o acordo não seguiu os ritos necessários para a contratação de consultoria, que demanda a elaboração de um plano específico que deve ser aprovado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, analisado pela consultoria jurídica do MEC e publicado no Diário Oficial da União.

Ao invés disso, o MEC fazia uma contribuição voluntária ao organismo internacional, algo que é permitido legalmente, mas não para a contratação de consultores. “Não é assim que se obtém consultoria”, diz Pirajá. “Não é irregular receber consultoria técnica, apenas tem que seguir o trâmite”, acrescenta.

A maioria dos consultores, 50, atuava na área de tecnologia da informação (TI). Os demais eram distribuídos em todas as secretarias da pasta. Além do acordo com a OEI, um acordo semelhante, firmado com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) está sob análise. De acordo com a pasta, não foi identificada nenhuma irregularidade nesse acordo.

Os salários dos consultores variavam de R\$ 6 mil a R\$ 12 mil. Quem era responsável pelo pagamento era a OEI, mas o MEC participava da seleção de pessoal, que era feita mediante chamamento público, uma modalidade de licitação.

O caso foi remetido ao Tribunal de Contas da União (TCU), à Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Ministério Público Federal (MPF), que deverão investigar se houve ou não improbidade administrativa. “Não temos elementos suficientes para verificar se [os consultores] estavam em desvio de função. A execução pode ser regular. Isso que vai ser verificado agora, se eles prestavam um serviço ou se serviam para substituir servidor”, diz Pirajá. O ministério enfatizou que não é possível dizer se houve ou não desvio de dinheiro, isso dependerá das investigações dos órgãos competentes.

A pasta também esclareceu que não se trata de um problema com a OEI, uma vez que o MEC mantém outro contrato com a organização, mas apenas da irregularidade neste acordo específico.

OEI

Em nota, a OEI diz que tomou conhecimento, "com surpresa, da recente decisão do Ministério da Educação do Brasil de decretar nulidade de um acordo firmado em fevereiro de 2018. Uma decisão unilateral da atual gestão do MEC, uma vez que a OEI não foi convidada para ser ouvida, em nenhum momento, no decurso do processo, nem ao menos foi solicitado qualquer aporte de informação complementar ou para esclarecimento".

A organização diz ainda que desconhece "qualquer irregularidade ou falta de lisura, tanto que se colocou à disposição da atual gestão do MEC para oferecer esclarecimentos e sanar eventuais dúvidas".

A OEI afirma que é auditada anualmente por auditoria externa independente, por auditoria interna e pela União Europeia. "Por sermos pautados pela transparência, já oferecemos ao Ministério da Educação todas as informações e até o presente momento não recebemos nenhuma resposta. Indicamos, da mesma forma que tentamos realizar reunião com o Ministro da Educação há meses", diz.

A OEI é um organismo intergovernamental de cooperação internacional presente nos 23 países membros da Organização. É responsável por ações como o programa de bilinguismo com foco no fortalecimento da língua portuguesa, incluindo a atuação junto a escolas de fronteira, o programa Primeira Infância e Educação, o programa Ibero-

americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania, do Programa de Mobilidade, entre outros.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MEC anula contrato com entidade internacional por suspeita de irregularidades Abraham Weintraub disse que foram identificadas supostas irregularidades formais no vínculo jurídico

BRASÍLIA - O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou nesta quinta-feira, 4, a suspensão da prestação de serviços de 89 consultores contratados pela pasta por meio de um acordo de assistência técnica firmado com a Organização de Estados Ibero-americanos (OEI). Segundo ele, foram identificadas supostas irregularidades formais no vínculo jurídico dos consultores. A pasta disse ter encaminhado esse material para o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União.

O Ministério comunicou que entre as irregularidades no acordo estão a não elaboração de um projeto básico da proposta pelo MEC, mas pela OEI; a ausência de uma prévia aprovação pela Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, e do envio dos autos e das minutas de acordo para análise pela consultoria jurídica do MEC e a falta de publicação do termo de acordo no Diário Oficial da União.

As irregularidades foram identificadas quando a gestão chefiada por Weintraub assumiu o ministério e precisou analisar a renovação do acordo com a OEI para este ano. Em 2008, os repasses foram de R\$ 4,4 milhões. Em 2018, chegaram a R\$ 37,4 milhões.

"Nos deparamos com alguns contratos irregulares em contratação de consultores, por meio de contribuição voluntárias que o MEC havia feito. São valores de R\$ 178 milhões de repasses desde 2008. Tem mais de dez anos. Nada que tenha a ver com o governo atual, e sim governos anteriores. E nesta atual gestão estamos tomando devidas providências", explicou o ministro.

De acordo com Weintraub, caberá ao MPF, ao TCU e à CGU a avaliação do "grau de comprometimento dos contratos". "De repente não tem nada muito grave, de repente não teve nem dolo. Não somos nós que vamos dizer isso. Quem vai dizer o quão errado foi ou se foi apenas um leve incidente ou não será o MPF, o TCU e a Justiça depois."

"Não estou acusando diretamente ninguém, não. Não estou acusando ninguém de roubo nem de dolo, quem vai decidir isso são os órgãos competentes. Desconfio que a gente vai descobrir mais coisas ao longo desses anos, mas de modo transparente", disse. Indagado, o ministro disse que a medida não faz parte da chamada "Lava Jato da Educação".

O consultor jurídico do MEC, Rodrigo Pirajá, afirmou que uma das irregularidades encontradas foi a vinculação de uma contribuição voluntária do ministério ao fornecimento de um consultor por parte da OEI. "Não é assim que se obtém consultoria. A contribuição voluntária não é irregular. O que é irregular é vincular uma contribuição voluntária ao fornecimento de consultor, (porque) deixa de ser voluntária", explicou Pirajá.

"Há dois tipos de contribuição previstas no estatuto. A obrigatória, para você ser

membro do organismo. E a contribuição voluntária, que é uma doação. O problema é quando você doa para receber algo em troca. Aí não é doação", disse Pirajá. "Verificou-se que houve aumento de uma prática informal e não obediente à conformidade legal que se exige."

Dos 89 consultores afastados, 50 atuavam na área de tecnologia da informação. Segundo o ministério, eles trabalhavam na manutenção de sistema, inovações e desenvolvimento de novos sistemas. Os outros atuavam nas secretarias da pasta, no acompanhamento de projetos, programas e na elaboração de notas técnicas. O ministro afirmou que não houve prejuízo algum às atividades da pasta.

Entidade diz desconhecer irregularidades

Em nota, a OEI comunicou que recebeu com surpresa a decisão do Ministério da Educação de decretar a nulidade de um acordo firmado em fevereiro de 2018. A organização chamou a determinação de unilateral e disse que em nenhum momento foi convidada para ser ouvida no processo, "nem ao menos foi solicitado qualquer aporte de informação complementar ou para esclarecimento". A OEI disse que garante a regularidade de todos os seus contratos e afirmou desconhecer qualquer irregularidade ou falta de lisura.

"A Organização ressalta seu total compromisso com a transparência e garante a regularidade de todos seus contratos. A OEI desconhece qualquer irregularidade ou falta de lisura, tanto que se colocou à disposição da atual gestão do MEC para oferecer esclarecimentos e sanar eventuais dúvidas", informa a nota.

A organização afirmou que entende a importância da cooperação internacional para o desenvolvimento e aprimoramento das políticas educacionais brasileiras e que tem interesse em dar continuidade à parceria com o Ministério da Educação. "Razão pela qual aguarda mais informações sobre o processo para que possa se posicionar adequadamente a respeito do tema, prestando os esclarecimentos que se façam necessários."

A nota informa ainda que a organização é auditada anualmente por auditoria externa independente, por auditoria interna e pela União Europeia. "Por sermos pautados pela transparência, já oferecemos ao Ministério da Educação todas as informações e até o presente momento não recebemos nenhuma resposta. Indicamos, da mesma forma que tentamos realizar reunião com o ministro da Educação há meses."